

# **Feminismo em Rede**

## **As redes sociais digitais como ferramenta de ativismo on-line**

**Haphisa Kashemyra Costa Souza Mugnaini**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professora Doutora Sónia Sá

**junho de 2020**



# Dedicatória

À Beatriz.

Ao Bruno, que me apresentou uma outra forma de ser mulher.



# Agradecimentos

De todas as aventuras vividas, atravessar um oceano para buscar novos significados e uma nova forma de ser foi com certeza a maior até hoje, me resultando inclusive um filho covilhanense. E eu só tenho a agradecer a todo caminho trilhado, pelas pessoas que encontrei no meu caminho e por todos aqueles que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço aos meus pais por me motivarem, confiarem e terem investido de diversas formas em minha educação. Eliza, tia, quase irmã, quase mãe, cheia de força, guerreira, uma mulher a se inspirar, desde quando segurava a minha mão e me levava até a escola e até naqueles dias mais difíceis, em que nunca duvidou das promessas de Deus.

E quando então a vida me levou até Covilhã me apresentou pessoas que agradeço porque aqueceram minha alma quando o frio da cidade era menos incômodo que a saudade de casa: Juliana, Alisson, Beatriz, Inês, Kelly, Nando e a Sofia, uma amiga totalmente inesperada e que se tornou parte da minha família, agradeço ainda de modo especial a Alfredo, que de certa forma me levou até a UBI, foi amigo, parceiro e um irmão em terras longínquas.

Agradeço também aos professores do mestrado em comunicação estratégica que contribuíram para essa minha nova formação, em especial a Professora Gisela, que me motivou para publicação de um artigo que me levou a trabalhar o ativismo online, e à minha orientadora querida, tão disponível, tão dedicada, tão sensível, Professora Sônia, não tenho palavras certas para agradecer por ter sido tão generosa e paciente comigo, compreendendo meu momento mãe, estudante e mulher, eternamente grata.

Os caminhos da pesquisa algumas vezes foram tortuosos, e agradeço a Matheus que me ajudou com o suporte tecnológico necessário para que eu conseguisse utilizar o software utilizado em minha pesquisa e a Luiziane, pelo apoio dado.

Por fim, agradeço ao meu marido que algumas vezes se sacrificou para que minha dissertação saísse logo, que fez plantões com o bebê para que as madrugadas fossem de estudo para mim, sem o suporte de Alessio, jamais seria possível, e a culpa por não acalantar tantas noites meu filho foi confortada por ele ser um pai tão dedicado e amoroso. E Bruno, meu grande amor, te agradeço por existires, sem ti, a vida era cheia de dúvidas, e por tua causa, minha vida hoje é cheia de certezas: toda vez que o cansaço ou algum medo chegava, era em ti que eu pensava e era por ti que eu seguia em frente. Te amo.



## Resumo

Estando em um país com grande ocorrência de violência contra a mulher e tendo as redes sociais digitais se apresentado também como um espaço de luta, esta dissertação discorre sobre o Ativismo Feminista encontrado nas redes sociais digitais, especificamente, no *Twitter*, utilizado como ferramenta para engajamento e mobilização de práticas ativistas.

O trabalho objetivou verificar como as práticas ativistas feministas ocorrem por meio das redes sociais e teve como metodologia escolhida a análise de conteúdo, utilizando como base a obra de Laurence Bardin. Para a construção do corpus textual utilizou-se a aplicação *Ltweet* – Técnica do Professor Marcio Santos (UFMA), e para a leitura da análise do corpus foi utilizado o software *Iramuteq*.

Os temas escolhidos para análise foram Feminismo, Ativismo e Violência Doméstica, que nos conduziram a resultados por temática, onde também foi possível verificar a consonância entre eles e o desejo dos interlocutores por um mundo mais justo para as mulheres, com menos julgamento e mais sororidade e um feminismo que abarque todas as camadas sociais e raciais.

## Palavras-chave

Ativismo; feminismo; ativismo digital; redes sociais digitais; Twitter



# Abstract

Living in a country with great occurrence of violence against women, and having digital social networks also presented itself as a space for fight, this dissertation deals with Feminist Activism found in digital social networks, specifically on Twitter, used as a tool for engagement and mobilization of activist practices.

This work aims to verify how the feminist activist practices occur on the social networks and had chosen as research methodology the content analysis by Laurence Bardin. For the data extraction, we used the *Ltweet* Application - technique of Professor Dr. Marcio Carneiro (UFMA) and for reading the corpus analysis, the *Iramuteq* software.

The tags chosen for analysis were Feminism, Activism and Domestic Violence, which led to results by theme, where it was also possible to verify the consonance between them and the desire of interlocutors for a fairer world for women, with less judgment, more sorority, more feminist thinking and behavior, that embraces all social and racial stratum.

# Keywords

Activism; feminism; digital activity; digital social networks; Twitter



# Índice

Introdução	1
1. A mulher na sociedade brasileira: contextos de violência e de luta	3
1.1 Violência sobre as mulheres	9
1.2 Movimento feminista no Brasil	13
2. Redes sociais: a nova ágora digital	19
2.1 Autocomunicação de massa	26
2.2 Ativismo Digital	30
3. Feminismo em rede	37
3.1 Ativismo na rede	44
3.2 Feminismo como ativismo	49
4. Análise dos Dados	55
4.1 Feminismo	64
4.2 Ativismo	73
4.3 Violência Doméstica	78
4.4 Discussão de resultados	85
5. Conclusão	89
6. Bibliografia	93



## Lista de Figuras

- Figura 1 – Similitude ‘Feminismo’
- Figura 2 – Tweet ‘vascainamermo’ sobre feminismo branco e feminismo negro
- Figura 3 – Tweet ‘Carol Mello’ sobre feminismo de efeméride
- Figura 4 – Tweet ‘cansada’ sobre local de fala
- Figura 5 – Tweet ‘Pedro’ sobre feminismo vs machismo
- Figura 6 – Tweet ‘Thalia’ sobre machismo e racismo
- Figura 7 – Tweet ‘PIÁ DA PONTO ÚTIL’ sobre expressão ‘passar o pano’
- Figura 8 – Similitude ‘Ativismo’
- Figura 9 – Tweet ‘BolsonaroPresidenteAte2026’ sobre esquerda e ativismo
- Figura 10 – Tweet ‘Quebrando o Tabu’ sobre feminismo e ativismo de ocasião
- Figura 11 - Tweet ‘irmã de Taubaté’ sobre feminismo seletivo
- Figura 12 – Similitude ‘Violência doméstica’
- Figura 13 – Tweet ‘Rodrigo Pacheco’ sobre ligações de número de emergência
- Figura 14 – Tweet ‘bia bô’ sobre quarentena e casos de violência doméstica
- Figura 15 – Tweets ‘Ramon T Prado’ e ‘Maya’ seriedade da violência doméstica na quarentena
- Figura 16 – Tweet ‘Tereza Raquel’ sobre aumento da violência doméstica em isolamento social



# **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Amostragem ativismo

Tabela 2 – Amostragem violência doméstica

Tabela 3 – Amostragem ativismo



# Lista de Acrónimos

SUS	Sistema Único de Saúde
GNU	GNU is Not Unix
GPL	General Public License
UFMA	Universidade Federal do Maranhão



“Estamos sozinhas, digam o que nos disserem,  
nós, mulheres, estamos sempre sozinhas”  
(Fala de Sofia, em *Roma*, 2018, de Alfonso Cuarón)



# Introdução

O Brasil tem hoje um alto índice de violência contra a mulher, sendo ainda o 5º país em casos de feminicídio no mundo. Isso demonstra a situação delicada em que vivem inúmeras mulheres no país, porém, há um esforço coletivo para modificar as estruturas que prolongam essa realidade brasileira, onde mulheres são penalizadas e veem seu futuro tantas vezes interrompidos ou pausados para fugir ou sobreviver a uma violência de gênero.

O ativismo feminista aparece, então, como mobilizador para mudanças, e, para isto, se encontra também nos espaços virtuais, locais de ampla discussão, que ganharam grande relevância devido à popularização das redes sociais digitais. Logo, as práticas ativistas, sem perderem a sua essência de luta dos espaços offline, em presença física, ganham nova dinâmica nos espaços online, permitindo, assim, dar voz a mulheres que os ocupam e neles ganham lugar de fala.

Começamos o nosso trabalho a partir do enquadramento teórico que nos permitiu iniciar as discussões desse estudo. No primeiro capítulo, discorreremos sobre “A Mulher na sociedade brasileira: contextos de violência e luta”, onde é apresentada uma contextualização histórica que nos leva a compreender o alto índice de violência contra a mulher (Guimarães & Pedroza, 2015). Esse enquadramento nos permitiu, ainda, compreender a naturalização dessa violência verificada, atualmente, na sociedade brasileira, que registra um alto índice de violência contra a mulher no país. Esse o contexto histórico nos permite, também, percorrer o movimento feminista no Brasil, suas conquistas e as mudanças sociais ao longo de sua luta.

No segundo capítulo refletimos sobre as “Redes Sociais: a nova ágora digital”, em que pontuamos o papel das redes sociais digitais como um novo espaço para debates e questionamentos sobre temas relevantes para a sociedade, o que nos levou a pensar sobre a autocomunicação de massa (Castells, 2013), visto que este espaço digital permite ao seu usuário ser consumidor e produtor de mensagens e lhe atribui a responsabilidade dos conteúdos que opta por consumir.

Em seguida falamos sobre o ativismo digital, onde as práticas ativistas chegam nas redes sociais, visto a relevância que este meio ganha na vida comum, sendo um espaço de acesso mais amplo e que permitiu ao ativismo uma nova forma de

interagir, permitindo expandir a forma de comunicar os temas aos quais os ativistas queriam defender.

No terceiro capítulo abordamos o **Feminismo em rede** e o ativismo feminista nas redes sociais digitais, que, com a modernização de seus instrumentos, consegue criar um alcance importante para o movimento. Isto se dá por meio de um espaço que tem como sua característica ser livre para as expressões individuais e que consegue criar uma movimentação que busca a desconstrução de discursos que perpetuam a diminuição da mulher no meio social, na luta para encerrar o ciclo de exclusão e minoração da mulher em uma sociedade culturalmente machista.

No mesmo capítulo vemos como o ativismo na rede se comportou em busca de um novo lugar de fala, que não possui um controle realizado por meio de oligopólios de comunicação, dando assim espaço necessário para se expressar e dar intensidade às ações propostas para mudanças sociais.

Finalizamos falando sobre o **Feminismo como ativismo**, quando mulheres buscam o seu protagonismo, ignorando conceitos culturais que fazem da mulher apenas uma coadjuvante de uma vida masculina, e permitindo ainda alcançar um modelo conceitual diferente, com uma equidade entre homens e mulheres.

O estudo empírico é o que dá corpo ao quarto capítulo. Iniciamos explicando a metodologia escolhida, sendo considerada mais pertinente a esta investigação a análise de conteúdo, utilizando material colhido via plataforma Ltweet, aplicando como período de análise o mês de março/2020, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, e sendo a leitura dos dados realizada através do software Iramuteq.

O capítulo tem como principal conteúdo a análise do material coletado, a partir dos temas escolhidos: Feminismo, Ativismo e Violência Doméstica.

Finalizamos com a conclusão dessa investigação, discorrendo sobre os dados encontrados e possibilidades de estudos futuros que possam complementar a pesquisa sobre ativismo feminino por meio das redes sociais digitais.

## **Capítulo I.**

### **A mulher na sociedade brasileira: contextos de violência e de luta**



O Brasil é um dos países com maior índice de feminicídio no mundo (5º). O que se observa é uma institucionalização da violência contra a mulher, que, como vítima, muitas vezes é apresentada em matérias e publicações de redes sociais como culpada pela agressão sofrida. Para se chegar a esta conclusão basta ler comentários em sites e portais que noticiam esse tipo de crime ou acompanhar as redes sociais em dias de casos de grande visibilidade.

Não é incomum se ver comentários - não apenas masculinos - que questionam o que a vítima fez: que culpa teve para ‘merecer’ o castigo? Porque estava no local? Porque tinha determinada roupa vestida? Porque teve determinado comportamento? Questões que sugerem, regra geral, que a mulher pode ser culpada por ter sido vítima de agressão.

Esta postura se dá muitas vezes pela forma como o assunto é abordado na mídia de massa, quando frequentemente o assunto é tratado de uma maneira que permite que a leitura inicial seja de questionamento da vítima feminina, como nos exemplos dos títulos de notícias. Cardoso & Vieira (2014, p. 70) apontam em seu estudo que

(...) foi observado um padrão na estrutura dos títulos: poucas vezes o agressor está em foco – a vítima ganha praticamente toda a atenção no texto. Dessa maneira, observa-se uma potencial desmoralização da vítima, que é colocada como centro das atenções e retratada como causadora do próprio ato de violência, seja a partir de seu comportamento, seja dos locais frequentados ou decisões tomadas.

Percebe-se que, nestes cenários, o foco da violência muda e se esquece que:

A principal causa dos crimes de violência contra as mulheres é a naturalização da desigualdade entre os gêneros, que leva o agressor a se sentir no direito de possuir, controlar e ‘disciplinar’ a mulher ou a ex-mulher, pois frequentemente esses crimes ocorrem após a separação, quando o homem não aceita a ruptura da relação ou não admite que ela inicie outro relacionamento. (Instituto Patrícia Galvão, 2019)

Beauvoir (1970, p.16) recorda que “em toda a parte e em qualquer época, os homens exibiram a satisfação que tiveram de se sentir os reis da criação”. A mulher, em diversos aspectos, foi colocada em segundo plano na sociedade, como mera coadjuvante, quase sempre submissa ao masculino, seja ele pai, irmão ou cônjuge, sendo sempre subjugada e tendo que prestar contas sobre os seus atos.

A percepção da mulher como um objeto de posse acaba por se tornar uma grande geradora de violência contra a mesma, já que o homem, munido da certeza de posse,

se sente no direito de fazer com aquela, a quem se supõe ser sua propriedade, o que bem lhe aprouver.

Há ainda uma questão cultural e até mesmo histórica, em que se repassa ou era repassada a essas mulheres que comportamento estas deveriam ter para serem consideradas dignas de ter ao seu lado homens: “ao lhes venderem a ideia de que a docilidade, a submissão e a resignação de toda a vontade individual da mulher aos desígnios do homem é parte essencial da atratividade sexual” (Mill, 2017, p. 172). Um contexto de diminuição da importância da decisão individual da mulher, que, contudo, era – e é, em determinadas circunstâncias – confundida com dignidade feminina, a partir de uma dominação do homem e da sujeição mulher.

Por isso, se torna tão necessário compreender o enquadramento histórico, cultural e comunicacional que continua a levar a raciocínios errôneos sobre a culpabilidade da vítima mulher e/ou sobre a dominação masculina com consequente direito pelo corpo da mulher que sofre os abusos e violências. E falamos aqui tanto em violências que acontecem na rua, quanto de violências que acontecem no contexto doméstico.

Podemos pensar que, como consequência desta histórica diminuição pública do papel da mulher, se desenvolveu uma tolerância cultural em relação a violências físicas e verbais sobre ela. Basta, para isso, recordar o adágio popular conhecido no Brasil e em Portugal que diz que ‘Em briga de marido e mulher não se mete a colher’, como forma a justificar o não envolvimento em brigas de casais, nas quais, em sua maioria, a mulher é a vítima e o homem é o agressor.

Posto isto, a questão coloca-se: Porque é que este cenário se mantém? Porque, entre muitas explicações, "o masculino é investido, significativamente, com a posição social (naturalizada) de agente de poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, de guerras e de conquistas” (Costa, Lopes, & Soares, 2015, p.3).

Beauvoir (1970) enquadra ainda que, como forma de afirmar a diminuição feminina, através da religião, da filosofia, da biologia ou da psicologia, o que se percebeu – e percebe, em determinados contextos – foi a perpetuação dessa premissa de inferioridade e, conseqüentemente, de uma submissão devida ao homem a quem tem que ter obediência, em especial ao cônjuge.

Temos que recordar também que, no Brasil, por muito tempo, se falou em legítima defesa da honra do homem como uma atenuante ou até uma justificativa da

violência cometida contra a mulher. A mudança desse contexto contou com a pressão dos grupos feministas para se reverter essa ideia equivocada e conservadora na sociedade. Segundo Assis (2003, p. 39):

A tese da legítima defesa da honra surgiu com a promulgação do código penal de 1940. Nessa época, a sociedade enxergava na figura do criminoso passional uma vítima do infeliz destino que lhe estava reservado, particularmente, pelo traumatizante adultério de sua mulher que não lhe deixou outra saída senão “lavar a própria honra” assassinando-a.

Mesmo após a revisão do código penal brasileiro, em 1984, que compreendeu que a lei citada não excluía a imputabilidade penal, a cultura que ficou (e que ainda é perceptível em algumas camadas sociais) é que o homem, dominado pela raiva devido a uma traição, tem como um atenuante moral o fato de sua honra ter sido manchada. Contudo, o mesmo cenário não se atribui as mulheres, já que, apesar de muito termos avançado na questão de gênero, ainda há um caminho muito longo a se percorrer para se chegar a uma equidade.

O primeiro passo para começar qualquer mudança é a transformação cultural. É preciso tratar a violência contra a mulher como um problema social causado, em sua especificidade de violência de gênero, pelas assimetrias de poder entre homens e mulheres em nossa sociedade e pelas ideias mais tradicionais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher (Think Olga, 2014, p. 33)

A mulher continua em desvantagem por estar em uma sociedade ainda injusta. Em seus diversos aspectos, vê comportamentos típicos de uma sociedade machista e, muitas vezes, não se questiona ou, até mesmo, cai no erro de repetição de atitudes que a diminuem, aceitando, inclusive, a naturalização de comportamentos questionáveis ou nocivos para a própria.

Porém, muitas mulheres buscaram uma mudança social real, efetiva. Com efeito, muitos grupos se uniram na procura de soluções para modificar comportamentos até hoje aceites em nossa sociedade:

As primeiras denúncias da violência que, continuamente, eram praticadas contra as mulheres, ocorreram no Brasil entre os anos 70 e 80, em meio à abertura política, que teve como resultado um processo de redemocratização política e social do país. Neste contexto, os movimentos feministas tiveram intensa participação e sua mobilização buscou criar vias de diálogo com o Estado, denunciando a atuação do sistema de justiça e seus critérios, que absolviam homens que assassinavam suas companheiras, usando argumentos que justificavam e legitimavam o comportamento masculino. (Rocha & Keske, 2018, p. 87)

Os movimentos feministas no Brasil começam a se posicionar e buscar por justiça e diminuição dos efeitos de um machismo enraizado no país, procurando, assim, sanar injustiças, especificamente, contra a impunidade que rondava a morte feminina às mãos masculinas. As lutas por uma mudança na forma como a mulher era tratada foram acompanhadas pelo momento político que se vivia no país naquela altura. Moraes (1996, p. 7) recorda que

(...) o feminismo brasileiro dos anos setenta é uma experiência política das mais interessantes: as feministas brasileiras, sem abdicarem da especificidade de suas bandeiras de lutas enquanto mulheres, souberam traçar políticas de alianças com outras forças oposicionistas no processo de “lutas pelas liberdades democráticas”. Em consequência, ampliou-se o espaço político das feministas e seu poder reivindicatório, tal como atesta a Constituição de 1988, uma das mais progressistas do mundo com respeito aos direitos da mulher na família e no trabalho.

Verifica-se que a sociedade se organizou de forma a reivindicar direitos e a lutar contra as injustiças sociais, tal como os movimentos sociais voltados para causas feministas que ergueram a bandeira de combate à violência contra a mulher. O reflexo disso no Brasil levou a grandes mudanças, como a conquista de uma lei que tipifica o homicídio cometido pelo fato da vítima ser mulher, a chamada Lei do Femicídio. Petrucci (2018, p. 315) afirma que

(...) é válido afirmar que a sanção da Lei do Femicídio no Brasil é uma conquista das lutas por reconhecimento por ter o objetivo de reverter um cenário com altos números de violência extrema todos os anos e, dessa maneira, oferecer maior garantia de que o direito fundamental à vida será cumprido, bem como de proporcionar melhores condições de autorrespeito às mulheres.

Sabe-se que a lei por si só não diminui a violência cometida contra as mulheres, porém, em um contexto geral, se torna necessário compreender o papel essencial em ter uma figura jurídica que reforça para a sociedade como um todo que a violência contra a mulher é real e que deve ser punida severamente. E este avanço é tanto mais importante quando, como enquadra Blay (2014, p. 16), “A violência contra as mulheres – simplesmente porque são mulheres – tem uma complexa fundamentação em valores patriarcais. É base para manutenção do exercício do poder, e se instrumentaliza através de relações de dominação e subordinação.”

Porém, mesmo com uma lei que busca defender as mulheres, os dados trazidos pelo atlas da violência no Brasil, referente a 2018, apresentou uma informação no mínimo preocupante, já que verificou que os dados de feminicídio esbarram no fato de o próprio sistema não identificar uma parcela de mulheres que perderam a vida

como vítimas de feminicídio. O mesmo anuário apresenta uma metodologia para estimar o número de vítimas e, para isto, categoriza o crime em três: feminicídio reprodutivo (por aborto voluntário), feminicídio doméstico (por local da ocorrência) e feminicídio sexual (por agressão sexual por meio de força física). Essa divisão dos crimes por categoria pode, à primeira vista, ajudar em um recorte da violência, porém, a falta de dados concretos mostra uma fragilidade ao não dar um número mais consistente e, provavelmente, mais próximo da realidade da violência contra a mulher no país.

## 1.1 Violência sobre as mulheres

A violência sobre as mulheres é uma realidade. Todos os dias é possível ler nos jornais impressos, portais ou assistir nos telejornais notícias sobre casos em que a vítima é mulher e se tornou vítima pelo simples fato de ser mulher. Barufaldí, *et al.* (2017, p. 2930) lembram que “A violência contra as mulheres refere-se a um fenômeno mundial, que atinge todas as classes sociais, por isso vários países vêm aplicando medidas de prevenção e controle na tentativa de frear essas ações.”

E, neste contexto, a realidade brasileira nos traz dados alarmantes:

No Brasil, uma das primeiras, e principais, pesquisas que denunciaram a gravidade das violências sofridas pelas mulheres revelou que 43% delas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo em 70% dos casos perpetrados por parceiros ou ex-parceiros conjugais (Fundação Perseu Abramo, 2001). Conclusão alarmante da referida pesquisa é a estimativa de que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. (Guimarães & Pedroza, 2015, p. 257)

A pesquisa que analisa o início do milênio demonstra a realidade cruel enfrentada pela mulher brasileira e apresentava, à época, como seu principal algoz a figura do homem com quem escolheu compartilhar a sua vida.

Em 2001, não havia ainda no país a Lei Maria da Penha<sup>1</sup> e talvez ainda não fosse tão popular a questão da proteção da mulher (vide a naturalização da violência feminina devido a tese da defesa da honra), mesmo assim, já se verifica aqui a preocupação maior com a situação da violência contra a mulher no país.

---

<sup>1</sup> Lei 11.340/2016, A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Buscando informações mais recentes, podemos verificar que os dados não mudaram e continuam preocupantes. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil, em 2018, o *ligue 180* (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência) registrou 92.663 denúncias em sua central. Os dados apresentam 12.878 denúncias de ameaças, 3.065 denúncias de cárcere privado, 63 de feminicídio, 2.075 tentativas de feminicídio, 62.485 casos de violência doméstica e familiar, além de outros tipos de violência como, moral, obstétrica, psicológica e/ou sexual.

Já segundo a pesquisa da Datafolha, publicada em fevereiro de 2019, divulgada na plataforma digital 'Violência contra as Mulheres em Dados', 536 mulheres foram vítimas de agressão física por hora no Brasil, em 2018, ou seja, nove mulheres por minuto; destas, 76,4% afirmam que a agressão partiu de um conhecido.

Trazendo dados mais recentes, o mesmo Ministério, por meio da sua central de atendimento, apresenta os dados do primeiro semestre de 2019 e demonstra que houve um crescimento de 10,93% quando comparado com a mesma época em 2018, com 46.150 denúncias realizadas pelo *ligue 180*. Sendo 1.844 ameaças, 1.242 de cárcere privado, 36 feminicídio, 2.688 tentativas de feminicídio, 35.769 casos de violência doméstica e familiar, além dos demais tipos de violências contra a mulher.

Os altos números de violência contra a mulher no Brasil nos permitem compreender a naturalização e perpetuação de um modelo feminino submisso, onde a necessidade de posse do outro, no caso, a mulher com quem se tem algum tipo de relação, é muito forte: “pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana” (Beauvoir, 1970, p. 23).

Uma grande parte dos homens brasileiros não vê a mulher somente como alguém com quem se divide a vida ou sentimentos, mas sim, como um objeto de posse, com direitos sobre o seu corpo e que vê a vida desta como a garantia para ter sempre os seus desejos e egoísmos atendidos. E essa prática ocorre devido a uma cultura patriarcal ainda muito forte sociedade na sociedade brasileira. Rubim & Marques (2016, p. 4) discorrem sobre o tema, afirmando que:

Em decorrência da mulher ser vista na sociedade patriarcal apenas como um objeto e não como um sujeito de direitos, muitos homens utilizavam este argumento para violentá-las, haja vista que o papel social da mulher reduzia-se aos cuidados do lar, ao prazer do marido e a criação dos filhos.

Não cabia à mulher, até há pouco tempo, ter desejos ou vontades. A ela cabia seguir a ordem do marido. Pelo que, a sociedade atual, ainda muito influenciada por esta cultura que diminui a mulher, faz com que se tenha uma sociedade ainda muito machista e injusta, propiciando uma desigualdade em diversos aspectos entre os gêneros.

É interessante notar que, mesmo em um contexto de uma sociedade machista e embora se saiba da situação que muitas vezes a mulher é submetida em seus lares, muito se fala em anuência da vítima em relação à situação a que está exposta, como se esta, munida de condições financeiras e/ou psicológicas, tivesse total possibilidade de sair da situação de forma espontânea e sem marcas, ignorando totalmente

a noção de que a relação entre os sexos é assimétrica – uma assimetria construída social e culturalmente, que resulta em que a mulher é subjugada. Nesse modelo o que prevalece é o entendimento da violência, entre homens e mulheres, como o paradigma de uma relação hierárquica culturalmente estabelecida, que se reproduz no núcleo familiar. (Cerruti & Rosa, 2008, p. 1051)

A violência contra a mulher não é um problema transitório ou de uma geração. O que se identifica é realmente uma cultura perpassada e, como consequência, se tem registado um aumento significativo de vítimas. Uma das causas, como tanto já estudado, é a necessidade do agressor em se apresentar como proprietário do ser desejado, sendo responsável por ceder ou não o direito à vida daquela por quem foi rejeitado ou apenas pela vontade de eliminar aquela a quem não considera a sua existência mais interessante.

Foucault (1988, p. 130) fala que “é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite”. É essa necessidade de poder que encontramos em casos de violência contra a mulher: o homem tem o poder em relação à vida da mulher e esta pode ser penalizada por seus atos, inclusive, com a morte.

Muitos tentam justificar como os eventos de agressão acontecem, o porquê de eles acontecerem, por isso, a culpabilidade da vítima ainda precisa ser contestada, para que assim se possa romper com esta naturalização da violência que a mulher sofre diariamente.

As mulheres que são agredidas física e/ou moralmente por seus companheiros, ou ex-companheiros, se encontram em uma situação na qual se veem privadas de garantias às quais teriam, antecipadamente, direito. Há uma dimensão fortemente plausível na denúncia de discriminações, humilhações e injustiças (Cerruti & Rosa, 2008, p. 1052).

Toca-se aqui na questão que a violência contra a mulher não é somente no que se refere à tangibilidade por meio de marcas no corpo que são fáceis de se notar, mas também de marcas intangíveis e muitas vezes mais sensíveis e significativas que as lesões que ficam visíveis nas vítimas.

Viana & Sousa (2014, p.160) apresentam os tipos de violência sofridos pela mulher, podendo ser ela física (produzido através de força física ou algum tipo de arma ou instrumento com a finalidade de causar danos à integridade corporal de outrem), psíquica (caracteriza-se pela ação ou omissão destinada a produzir danos à autoestima, à identidade e ao desenvolvimento do indivíduo) e violência sexual (toda ação em que, numa relação de poder – por meio de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica –, se obriga uma pessoa a praticar ou a se submeter à relação sexual).

Com a percepção de que a mulher pode sofrer violências além da física (ou não somente esta), fica mais fácil compreender ações e circunstâncias que precisam ser combatidas e que muitas vezes deixam as mulheres vulneráveis. Se torna necessário ter consciência dos diversos tipos de violência para então combater as situações que as mulheres passam. Vale lembrar que:

(...) a violência é uma das mais graves formas de discriminação em razão de sexo/gênero. Constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos inalienáveis do ser humano. (Teles & Melo, 2002)

A mulher acaba sendo vítima de uma situação de violência perene. Seja ela física ou moral, a dignidade feminina é sempre colocada em xeque, e mesmo quando a violência é visivelmente notada, se buscam artifícios para tentar justificar a agressão pela qual esta passou, seja uma saia curta, uma infidelidade, um local errado ou permitir situações mesmo sabendo que o cônjuge é ciumento e possessivo.

Esbarra-se aqui no que Beauvoir (1970) chama de tradição de resignação e luta com falta de solidariedade e de consciência coletiva, onde se percebe uma sociedade que reforça estereótipos machistas e não trabalha a valorização coletiva de um grupo já tão sofrido e discriminado no país, como as mulheres.

## 1.2 Movimento feminista no Brasil

Para se ter um melhor entendimento do movimento feminista brasileiro se torna necessário compreender, como o Brasil viu as mulheres ao longo dos tempos. Tendo historicamente seu descobrimento datado em 1500, a terra descoberta por Cabral só viu suas mulheres tendo acesso à educação em 1827, após uma legislação assinada por D. Pedro I, que permitia o acesso feminino às escolas elementares e apenas a esse nível de educação. Vale lembrar que esse acesso ocorreu mais de 300 anos após o país ter sido colonizado.

Apesar da demora da entrada das mulheres ao sistema de ensino, foi possível conhecer, ainda no século XIX, a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta, precursora do feminismo no Brasil e responsável por fundar a primeira escola para meninas no país. Floresta foi uma mulher à frente do seu tempo e uma vanguardista do feminismo no Brasil.

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos (Duarte, 2010, p. 12).

Ainda nesse século, foi possível conhecer a primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, mulher negra, nascida em São Luis (Maranhão), que escreveu o livro *Úrsula* (1859), considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher.

O avanço das mulheres nos diversos segmentos foi ganhando força e, segundo Teles (1999, pg 32), “em meados do século XIX surgiram no Brasil diversos jornais editados por mulheres, que, certamente, tiveram grande papel para estimular e disseminar novas ideias a respeito das potencialidades femininas”.

Mesmo passando por diversos momentos de crescimento no século XIX, como os citados anteriormente, somente em 1975 foi possível ver um impulso do movimento feminista no Brasil. Segundo Facchini & Ferreira (2016), isto aconteceu devido às Nações Unidas terem declarado este como o Ano Internacional da Mulher.

As autoras lembram ainda que no período de pós-redemocratização foi possível a conquista de delegacias especializadas, além do chamado *lobby do batom*, “que

demandava o combate à violência, a redefinição da classificação penal do estupro e a criação de delegacias da mulher em todos os municípios”. E destacam: “A Constituição elaborada a partir dessa movimentação incluiu o direito à ‘igualdade de gênero’.”<sup>2</sup>

Contudo, vale ainda lembrar que, no Brasil, somente em 1934 a mulher teve direito ao voto e até 1962 as mulheres casadas precisavam da autorização do marido para trabalhar e somente em 2002 foi retirado do código civil o texto que tratava como passível de anulação um casamento cujo marido informasse não saber que a mulher não era mais virgem.

Estes dados, que fazem um apanhado histórico, podem ser utilizados como uma lupa para os avanços do movimento feminista no Brasil, já que demonstra como alguns progressos, mesmo que se desenrolando de forma lenta, contribuíram e ainda contribuem para conquistas relevantes encontradas atualmente.

Muito do empenho do movimento feminista brasileiro vem de uma necessidade em lutar contra situações culturalmente pré-estabelecidas e naturalizadas ao longo do tempo.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada. (Butler, 2003, p. 18)

A representatividade se torna realmente necessária para um avanço de direitos e garantias fundamentais e podemos melhor exemplificar isto citando duas leis de grande importância no contexto atual: a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio.

A lei Maria da Penha, muito conhecida no país, recebeu este nome em homenagem a uma farmacêutica que lutou para que seu agressor fosse punido. Maria da Penha foi vítima de uma dupla tentativa de homicídio por parte do então marido, sendo na primeira tentativa foi alvo de um tiro enquanto dormia, o que a deixou paraplégica, e a segunda na tentativa o agressor tentou mesmo eletrocutá-la.

Símbolo e resultado da luta daquela mulher por justiça, a Lei de número 11.340/2006 objetiva criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e visa prevenir, punir e erradicar a violência contra esta. A lei possibilitou ainda a criação

---

<sup>2</sup> Disponível online em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000300002](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300002)

dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A referida lei sofreu alteração em setembro de 2019 quando foi adicionado que o agressor terá responsabilidade pelo ressarcimento dos custos relacionados ao Serviço Único de Saúde (SUS), oferecido às vítimas de violência doméstica, assim como pelos dispositivos de segurança utilizados.

A Lei Maria da Penha é de grande importância e um grande ganho na luta contra a violência sobre a mulher no Brasil, e apesar de todo valor existente, podemos considerar que ainda esbarra em questões culturais muito fortes e enraizadas na sociedade.

Apesar do avançar dos dispositivos éticos e legais, percebe-se a força da cultura machista, arraigada no domínio e valorização masculina em detrimento da inferioridade e subserviência feminina. Nessa seara quando se trata de adultério, percebe-se por um lado a permissividade ao homem e inclusive sua valorização social em função da infidelidade conjugal, e por outro, a condenação e depreciação feminina, colocando em xeque a honra e a dignidade da mulher. (Carneiro, *et al.*, 2019, p. 8).

E é por esta força machista ainda tão latente na sociedade, como referido por Carneiro, *et al.*, que se percebe a importância de uma lei tão significativa para a luta das causas feministas no Brasil, criando mecanismos que defendam as mulheres de submissões históricas que tentam justificar agressões sofridas.

E mesmo não se tornando um impedimento real para crimes praticados contra as mulheres, visto que uma de suas medidas de proteção, que é a medida protetiva, muitas vezes não é respeitada, além de ser comum casos de mulheres mortas por homens que desrespeitaram a referida medida, a Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência contra a mulher, é a partir dela que muito se evoluiu no que se refere a leis e medidas que combatem a violência doméstica no Brasil.

Uma prova disso é a criação, em 2015, da chamada Lei do Feminicídio, que podemos compreender aqui como uma lei que complementa a Lei Maria da Penha. Esta lei, de número 13.104/2015, tipifica o crime que ocorre contra as mulheres pela condição de gênero, tornando este fato como uma qualificadora do crime de homicídio, o incluindo no rol dos crimes hediondos no Brasil.

A lei surge como uma tentativa de diminuir os crimes cometidos contra a mulher e não chega a ser uma unanimidade para os juristas, porém, Souza (2017, p. 334) analisa que:

A Lei do Feminicídio aplica o princípio da isonomia quando protege de maneira especial a vida da mulher, uma vez que visualiza uma situação de desigualdade, que é a circunstância derivada da violência contra a mulher, e atua para tentar saná-la.

Esta lei é um grande ganho em um país com tantas mortes ligadas à violência doméstica, sem esquecer crimes a que mulheres diariamente estão passíveis. A lei por si só pode ainda parecer pouco, visto que os números de feminicídios ainda são expressivos, mas a sensibilização de autoridades e legisladores sobre um tema importante e tão cotidiano mostra que o avanço na luta por causas ligadas ao gênero está em constante avanço e que a voz dos grupos de pressão ligados às causas femininas está sendo mais escutada nos espaços públicos.

A conquista de leis específicas para as mulheres pode também ser vistas como um avanço dos movimentos feministas contemporâneos, onde fica claro que os temas trazidos para o campo dos debates por estes grupos estão sendo discutidos e cada vez ganhando mais força nos campos políticos e jurídicos.

O que se nota também é que, além de lutas já tradicionais pelo direito à vida, os movimentos feministas do novo século lutam também pelos direitos da mulher no acesso ao mercado de trabalho, à saúde pública, assim como o direito de andar na via pública livremente com segurança e respeito. Movimentos como ‘marcha das vadias’ e ‘meu corpo, minhas regras’ são exemplos de grupos que realizaram ações com o intuito de dissolver pré-conceitos sociais que ainda refletem a forma como a mulher é vista e tratada socialmente. São grupos como os citados que trazem ações coletivas e que conseguiram mobilizar grupos de mulheres que juntas têm suas vozes ouvidas.

Não se pode ignorar o fato de que os movimentos feministas passam por mudanças em sua forma de atuação, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de se comunicar. A mensagem não é só *vis-à-vis*, mas ganha novo espaço nas redes sociais digitais.

Diante deste cenário social de novas formas de manifestação do feminismo nos dias atuais, muito se fala da possibilidade de estarmos vivendo uma nova onda, a quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada principalmente pelo uso da internet e das redes sociais como forma de mobilização, debates e divulgação do feminismo, alguns autores têm chamado de Ciberfeminismo pelo uso de ferramentas tecnológicas como canais de vídeos, blogs, sites e redes sociais com jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la. (Felgueiras, 2017, p. 119)

Encontra-se aqui uma nova forma de ser fazer o feminismo, as redes sociais digitais. Sendo uma ferramenta de aproximação das pessoas, principalmente no que se refere a interesses comuns, proporciona um lugar de fala que permite que discussões e ações possam ser discutidas e divulgadas, se tornando, então, um espaço de grande importância para movimentos feministas.



## **Capítulo II.**

### **Redes sociais: a nova ágora digital**



A evolução dos meios digitais redefiniu a forma dos atores sociais se unirem e se relacionarem. Se antes eram os bairros, as igrejas e os demais grupos sociais formais que determinavam a nossa rotina de interação social, hoje são as diversas redes sociais digitais que ditam novas formas de interação com o mundo, num novo espaço que vai muito além do geográfico.

Uma modalidade de interação que modifica a estrutura das relações sociais, está mais relacionada às práticas compartilhadas do que ao lugar geográfico ao qual está inserido, promovendo possibilidades de estar em contato com o outro todo tempo e independentemente do lugar, alterando o processo dos relacionamentos e dos conceitos como o de estar presente, já não faz mais sentido, quando se considera apenas estar presente fisicamente, sendo que, através das plataformas digitais online, pode-se estar presente, onde quiser e quando quiser virtualmente. (Paz, 2017, p.2)

Esta é, portanto, uma modalidade interativa que tem permitido estreitar relacionamentos e facilitar diálogos. Contudo, quando nos referimos aqui a diálogos, não pensamos em algo estruturado, como em uma relação presencial, mas sim, uma nova forma de conversação, onde se torna possível a troca de ideias e opiniões, em que o cara a cara é substituído por respostas e ‘repostagens’ que possam transmitir a aprovação ou negação a um tema debatido.

Dentro deste novo formato encontrado na internet, as redes sociais digitais se apresentam como um novo local de discussão e debates sobre temas e assuntos que sejam de interesse a um ou mais grupos. É possível encontrar das discussões mais triviais, como futebol e novelas, até assuntos aos mais densos, como política e economia.

Os utilizadores das redes encontraram, assim, nas plataformas digitais um espaço para discutir e questionar, sendo estas o local que substitui os espaços físicos utilizados outrora para as discussões entre os pares.

Boatos, rumores, fofocas, falsas e verdadeiras notícias, num curioso mecanismo de contaminação, o ciberespaço desempenha o papel da praça pública, do café, do comércio, ou da antiga ágora. Em sentido etimológico, o foro íntimo é suplantado pelo foro externo: tudo se converte num fórum, a todos acessível (Maffesoli & Martins, 2012, p; 46)

As redes sociais digitais se tornaram, então, na nova ágora e no novo lugar de fala de muitos, possibilitando o debate de temas polêmicos, se firmando, também, como local de reflexão e defesa de causas e pessoas: “a internet é a ágora e o teatro digital, onde os

temas, relevantes às sociedades, são debatidos e, ao mesmo tempo, dramatizados no intuito de criar posições nos cibercidadãos” (Dutra, 2018, p; 156).

Sendo um local de conversação, as redes sociais digitais se posicionam como este novo território virtual que permite ao cidadão comum ser ‘ouvido’, permite posicionamentos pessoais, mesmo se tratando de um espaço coletivo. Os cidadãos comuns buscam ainda um espaço de reivindicações e soluções e por meio de *hashtags* ou de palavras-chave, conseguem, enquanto usuários, achar semelhanças nos interesses ou problemas e assim juntam forças para as lutas que estão dispostos a enfrentar, quer nas redes sociais digitais, quer nas presenciais.

Se percebe, assim, que não se torna mais necessário dividir os mesmos ambientes físicos para criar proximidade, basta agora termos um dispositivo que acesse à rede internacional de computadores e estar conectado a alguma rede social digital. Lévy (1996, p.20) refere que:

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais nem um ponto de partida, nem uma coerção. Apesar de 'não-presente', essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vive sem lugar de referência estável: em toda a parte onde se encontrem seus membros móveis... ou em parte alguma.

É um novo panorama que traz uma nova forma de se comunicar e de se falar socialmente. As narrativas agora acontecem em um ambiente virtual e é neste ambiente, que antes era visto apenas como um espaço de *hobby* para as pessoas, que as novas formas de interação acontecem. Primo (2007, p. 7) destaca a importância da interação, afirmando que

(...) uma rede social online não se forma pela simples conexão de terminais. Trata-se de um processo emergente que mantém sua existência através de interações entre os envolvidos. Esta proposta, porém, focar-se-á não nos participantes individuais, e sim no “entre” (interação = ação entre).

É o processo interativo que interessa aqui e todas as formas como acontece neste novo modelo de relação social que ocorre por meio de computadores e/ou dispositivos móveis: como a história é contada e compartilhada, e a participação de cada indivíduo neste processo comunicativo.

Vale lembrar que se tratando de redes sociais digitais, não é apenas por meio de palavras que a narrativa acontece. Muitas vezes essas narrativas se dão por meio de vídeos,

*memes*, textos, etc., que formam todo um aparato comunicacional, que, mesmo sendo ainda recente, ajuda a escrever e a contar uma história nessa plataforma de comunicação. O que se percebe é que: “Num único ‘pacote’ comunicacional, podemos encontrar texto, vídeo, áudio, foto e grafismo para a veiculação de narrativas ficcionais, narrativas documentais.” (Porto-Renó, Moraes-Gonçalves, & Gosciola, 2011, p.203).

A forma de falar e se comunicar ganhou novos moldes neste processo. Não é apenas a língua escrita que importa, aliás, é interessante pontuar que até mesmo a forma de escrita foi-se modificando com as redes sociais digitais e uma nova forma de ‘falar’ a língua portuguesa pode ser encontrada (e compreendida) pelos *users*<sup>3</sup>. O que se escreve, o que se compartilha, o que se curte, tudo isto entra no processo comunicativo e delinea o perfil de cada pessoa que adere a este novo meio de comunicação.

As possibilidades trazidas pelos novos meios instauram uma nova maneira de apreender a realidade que nos cerca, bem como criam novos anseios e expectativas. A interatividade, elemento que caracteriza a relação com a Internet, por exemplo, traz uma mudança fundamental em muitos aspectos da nossa vida e condição humana, bem como nos processos de aquisição qualitativa – e não somente quantitativa – do conhecimento. (Porto-Renó, Moraes-Gonçalves, & Gosciola, 2011, p. 204)

Essa mudança na vida cotidiana causada pela nova forma de muitas pessoas se relacionarem com o mundo e umas com as outras permitiu uma reinterpretação de espaços, de lugares e de significados: “A reinvenção permanente de espaços virtuais de interação na web a confirma como suporte de convergências tecnológicas, o que não só reitera seu estatuto de mídia, como confirma a ágora contemporânea como espaço virtual de mobilização política e social” (Ramaldes, 2009, p. 15).

É constatado, desta forma, que temos um novo espaço de discussões, um local que fez com que as praças públicas fossem potencialmente substituídas pelas redes sociais digitais, os assuntos de interesse também ganham um novo *status* e passam a ser discutidos diretamente por todos os cidadãos que se sentirem envolvidos por determinados assuntos. Castells (2013, p. 11) afirma que:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança.

---

<sup>3</sup> Usuários do *Twitter*

Uma nova forma de se fazer a comunicação é percebida, assim, como a maneira como os pares se relacionam entre si. O modo como as informações chegam e possibilitam o acesso a todos alterou a participação, ou, pelo menos, a possibilidade de tomar parte em um assunto. “Assim como a mediação em rede, as diferentes formas como usamos a interactividade com os média moldaram os mesmos e ao fazê-lo, transformaram a organização do sistema de média e os modelos comunicacionais da sociedade.” (Cardoso, 2011, p. 07).

Neste processo se nota que as falas se tornaram mais diretas, talvez pela necessidade imediatista em ouvir e ser ouvido, tem-se ainda um vocabulário próprio, adaptado para este novo tipo de cidadão conectado.

Pode-se dizer que, de uma forma simbiótica, o meio e seu usuário tiveram que se moldar um ao outro, pois, assim como as redes tiveram grande impacto na nova forma de se fazer comunicação, a forma como os usuários foram tratando cada rede social digital impactou estas e levou a modificações significativas em cada uma delas, estando sempre na busca de atender a necessidade de quem as acede e utiliza como meio de comunicação (há ainda as redes que buscam reproduzir facilidades e interações de outras redes).

O resultado disso pode ser visto a partir da forma como as redes sociais digitais são vistas hoje e da importância que recebem da sociedade. Não é apenas mais um local para uma fatia do público, mas se tornou um universo a ser habitado por diversos segmentos sociais e uma ferramenta ampla de comunicação e informação: “O espaço em que as redes sociais se constituem e se proliferam são inerentes à informação e ao conhecimento, uma vez que são eles que movimentam as redes.” (Tomaél, Alcará & Di Chiara, 2005, p.96)

Somos bombardeados por uma quantidade absurda de informação que é disponibilizada todos os dias, isso porque, segundo Bauman (1999, p. 26), “a informação flui independente dos seus portadores”, o que gera um enorme volume de dados a que todos estão expostos diariamente, fazendo, assim, com que o imediatismo de informações se torne uma característica fundamental nesta nova era de conexão digital.

A internet encurtou o ciclo da informação, modificando o tempo da mesma. A informação também pode ser estocada por muito tempo, com custos irrisórios e a infra-estrutura desta rede se expande no mundo todo como uma imensa teia. Seu território não está mais demarcado ou protegido – a informação não se prende às fronteiras, nem ideologias. É o processo de glocalização da existência humana onde glocal é uma junção de global com local. (Marques, 2011, p. 3)

Esta enorme teia em que se está envolvido e que permite ao usuário das redes sociais digitais pesquisar e utilizar as informações de acordo com as próprias necessidades faz com que os novos meios deem uma dinâmica maior no processo comunicativo. Além disso, há a possibilidade de, por meio dos algoritmos, os utilizadores serem alvo de informações que já foram fonte de pesquisa destes.

As redes sociais digitais possuem ainda a possibilidade de ser, algumas vezes, um termômetro em relação a um assunto, assim como ganharam a capacidade de pautar notícias. “A partir do momento que o comentário ganha mais audiência do que a própria agenda midiática, as mídias são forçadas a mencioná-los, quando não, investigá-los” (Malini & Antoun, 2013, p. 186).

Desta forma, uma temática pode começar a ser explorada e discutida pelo meio digital e só depois chegar nos veículos tradicionais de comunicação. No caso do *Twitter*, Gadini (2018, p.73) refere-se aos assuntos mais comentados (os *trending topics*) e pontua que

(...) ao mesmo tempo que agendam a temática no âmbito da rede social, conseguem agendar os meios de comunicação. Quando os jornalistas observam a esfera de acontecimentos das mídias sociais com o objetivo de transformar as mensagens e informações em conteúdo jornalístico, eles utilizam uma série de critérios que justificam as escolhas realizadas ao longo do processo.

Já que é um espaço onde a dinâmica é a principal característica, uma informação muito discutida por este meio chama a atenção dos profissionais quando percebem a potencialidade do assunto para a exploração nas mídias massivas.

Isso demonstra que este ambiente virtual não é um local a ser ignorado, principalmente, porque é um novo meio que permite a participação de todos, pelo menos, potencialmente. Independente aqui de classe social, credo, raça ou orientação sexual, podemos afirmar que, por sua natureza, as redes sociais são democráticas, permitindo uma participação de todos. Castells (2019, p. 455) pontua que:

Em todas as sociedades, a humanidade tem existido em um ambiente simbólico e atuado por meio dele. Portanto, o que é historicamente específico ao novo sistema de comunicação organizado pela integração eletrônica de todos os modos de comunicação, do tipográfico ao sensorial, não é a indução à realidade virtual, mas a construção da realidade virtual.

É uma construção ainda nova, e talvez, por se posicionar não como uma mídia massiva, apesar de registrar uma adesão massiva, ainda é um espaço a ser explorado. É factível a grande quantidade de pessoas que buscam e até mesmo que usam as redes sociais digitais como a sua única fonte de informação. Recuero (2009, p. 116) recorda que

“muitas dessas informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto *on-line* quanto *off-line*”.

Pode-se entender que a predileção massiva por este novo espaço como fonte de informação se deve ao fato deste ser mais acessível para muitos, já que não se paga para entrar (como em grandes portais), não precisa marcar horário para sua utilização (como na programação televisiva) e pode fazer pesquisas ou receber mensagens através de um aparelho do tamanho da palma da mão, os agora tão populares *smartphones*.

E isso se dá porque, sublinha Castells (2019, p. 433), “O surgimento de um novo sistema eletrônico, caracterizado pelo seu alcance global, a integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial, está a mudar e mudará para sempre a nossa cultura.” E podemos ver isso por meio das novas redes sociais, que se popularizaram e ganharam a escolha do grande público conectado, têm grande importância no contexto midiático e se posicionam como um novo local de discussão no mundo moderno, ligado e muito mais dinâmico.

## **2.1 Autocomunicação de massa**

O advento das mídias sociais trouxe um novo modelo comunicacional onde os usuários das redes telecomunicacionais passam a ser partícipes do processo de construção da informação, quebrando a barreira entre emissor e receptor da mensagem:

(...) aqueles que tomam parte na comunicação não consomem simplesmente a informação passivamente, mas sim a geram eles mesmos ativamente. Nenhuma hierarquia clara separa o remetente do destinatário. Todos são simultaneamente remetentes e destinatários, consumidores e produtores (Han, 2018, p.15).

Uma comunicação tão dinâmica como a mediada por computadores e outros dispositivos móveis, não nos permite pensar em um modelo onde cidadãos apareçam apenas como receptores passivos de uma mensagem, muito menos numa hierarquia clara de quem possui a mensagem e quem a recebe. Grohmann & Souza (2014, P. 136) referem que: “O contexto de circulação midiaticizada leva à ruína a ideia de comunicação pautada por emissor e receptor definidos, pois os sujeitos são, acima de tudo, atores na circulação dos discursos, transcendendo papéis definidos entre polos distintos.”

Essa nova circulação dos discursos apresenta, então, um novo processo comunicativo onde emissor e receptor se confundem, porém, deixando claro, antes de tudo, que uma função não anula a outra, sendo estes indivíduos livres para uma participação mais ativa na elaboração do que está sendo construído diariamente nas redes sociais digitais.

É essa participação que traz uma grande mudança na forma de se ver e se fazer comunicação. Assim, se tornou necessário acompanhar o movimento tecnológico que moldou a nova forma de disseminar uma informação. A comunicação sofreu grandes modificações para se adaptar a esta nova realidade que as tecnologias de informação e comunicação introduziram. Castells (2019, p.29) fala que:

A transformação mais importante na comunicação nos últimos anos foi a transição da comunicação de massa para a intercomunicação individual, sendo esta o processo de comunicação interativa que tem o potencial de alcançar uma audiência de massa, mas em que a produção da mensagem é autogerada, a recuperação da mensagem é autodirigida, e a recepção e a recombinação do conteúdo oriundo das redes de comunicação eletrônicas são autosseleccionadas.

Cada pessoa é responsável pelo conteúdo que deseja consumir, tendo, aparentemente, liberdade de escolha nas informações que quer se atualizar. Cada sujeito, apesar de inserido em uma coletividade virtual, tem como característica principal a sua individualidade, que permite que sejam feitas escolhas de acordo com gostos e interesses próprios.

Individualmente, as pessoas procuram manter-se informadas sobre a realidade existente à sua volta, no país de origem, mas também em todo o mundo. Estas informações servem para construir concepções, ideias, atitudes e comportamentos, que constituirão uma panóplia de conhecimentos onde a realidade assenta. (Pereira, 2010, p. 1579)

É este emaranhado de ideias e informações que permite o delinear de cada usuário das redes digitais, que mesmo em um ambiente global, consegue manter conexões e interesses individualizados, que possibilitam construir a realidade, seja na vida virtual seja na vida offline.

Estes sujeitos escolhem o que e como consumir as informações que todos os dias são divulgadas, e “não deixa de ser paradoxal pensarmos que, no momento em que o espectador – ou leitor, ou ouvinte, ou utilizador –, se individualiza e sai do espartilho da grande audiência, passa para o âmbito da autocomunicação de massa.” (Sá, 2017, p. 71).

Este ‘isolamento’ possibilita que cada pessoa possa selecionar o que recebe de acordo com os seus interesses de consumo. E é essa individualização de predileções e a busca

por novas informações de acordo com gostos particulares que possibilita que os usuários se posicionem como parte importante no processo de construção de uma mensagem, visto que podem ser fontes e emissores de uma informação, como intervenientes de uma rede participativa.

Com efeito, o indivíduo pode ajudar na construção do conteúdo desenvolvido dentro das redes sociais digitais, sem deixar, no entanto, de ser também o receptor desta mensagem.

Os usuários são sujeitos no sentido mais literal deste termo, são seres sociais que constroem e recontextualizam a interação e subjetividade durante o processo de navegação. As redes que são formadas na Internet permitem que indivíduos com interesses similares se encontrem, falem, ouçam e construam sua sociabilidade na rede de computadores, onde se tecem conexões contínuas e particulares. (Marques, 2011, p. 8)

Desta forma, os laços passam a ser muito mais do que os de contiguidade física, são outros critérios que proporcionam o estreitamento de relações: os interesses em comum se tornam muito mais relevantes do que o bairro ou escola que frequentam, os *likes* se tornam mais importantes que nomes reais ou números de telefone, são agora as conexões construídas pelas novas tecnologias que importam, e a relevância disso produz um forte efeito na forma de se relacionar com cada um e com o todo a que esta vinculado.

As novas redes sociais aparecem como a força motriz dessa nova forma de comunicação mais interativa, permitindo, assim, que este novo modelo se torne possível. Sobre esta interatividade, Castells (2019, p. 101) refere que é “caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido, e com a possibilidade de usar a comunicação entre dois pontos, em transmissões especializadas”.

Podemos pensar aqui em uma comunicação mais pulverizada, onde vários recebem uma mensagem e decidem o que querem fazer com esta. Cada cidadão tem a opção de buscar dentro das ofertas disponibilizadas quais são as do seu interesse, por meio de uma seleção individual do que deseja consumir.

Castells (2019) afirma que a autocomunicação de massa pode ser assim chamada por ser massiva já que atinge um ‘público global’, e é autocomunicação pois a ‘produção da mensagem é autogerada’ e com ‘redes autosselecionadas’. Há, então, uma participação ativa dos atores envolvidos, permitindo o envio de mensagens de forma massiva, mesmo sendo esta mensagem recebida de forma individualizada.

É uma comunicação mais moderna, como novos contornos, mais urgente, e com novos parâmetros de prioridade, já que cada um escolhe o que mais lhe aprouver. A estruturação da comunicação, por assim dizer, também ganha novos moldes, dando certa igualdade aos indivíduos que querem tomar parte em um assunto.

O ciberespaço e a utilização das tecnologias informacionais vem remodelando a forma de comunicação na contemporaneidade, na medida em que permitem ao usuário expressar sua opinião na rede e difundi-la, em uma estrutura baseada em fluxos de informação, os quais se traduzem em fluxos bidirecionais, onde há trocas intermitentes de conteúdos de informação, rompendo definitivamente com a unidirecionalidade que é a marca circunstancial da mídia hegemônica tradicional. (Barros, 2018, p. 32)

Esta nova mídia ganha seu espaço e sua importância dentro de um novo contexto social, onde a forma de nos comunicarmos encontrou novas vias e novos fluxos, dirimindo hierarquias e o poder de quem detém a informação.

Todos podem fazer uso de uma informação, todos podem ter acesso a uma informação, independente do espaço físico ou geográfico onde esteja, bastando apenas estar logado em uma conta na rede social escolhida, em qualquer lugar do mundo.

Pode-se pensar, então, no conceito de ‘Aldeia Global’ de Marshall McLuhan (1972), que já previa este encurtamento de distância e essa aproximação entre povos interconectados, unidos por interesses em comuns e com uma nova forma de se relacionar. Sobre isso Castells (2019, p. 70) afirma que:

As redes digitais são globais, pois tem a capacidade de se reconfigurar de acordo com as instruções de seus programadores, ultrapassando fronteiras territoriais e institucionais por meio das redes de telecomunicadas de computadores. Assim, uma estrutura social cuja infraestrutura esteja baseada em redes digitais tem a capacidade de ser global.

As redes sociais digitais se apresentam como algo maleável, que se configura e reconfigura de acordo com as necessidades dos seus usuários, que, interconectados, passam a ser integrantes ativos neste novo meio, utilizando a troca, não apenas de mensagens, mas de opinião e ideias, construindo uma comunicação única, particular, moldada à necessidade individual de cada usuário dessas redes.

A cultura do individualismo em rede encontra sua plataforma favorita no universo variado da autocomunicação de massa: a internet, a comunicação sem fio, os jogos on-line e as redes digitais de produção cultural, remixagem e distribuição. Não é que a internet seja o território exclusivo do individualismo. Ela é uma rede de comunicação, e como tal é também um instrumento do consumismo e do

entretenimento global do cosmopolitismo e do multiculturalismo. (Castells, 2019, p. 178)

O usuário deste novo meio consegue, portanto, gerar sua própria informação, a partir da seleção de seus interesses, pontos de vista e conhecimento que deseja adquirir. Não é mais receber uma mensagem, sem saber do que se trata; é tratar uma mensagem de forma a buscar nela os interesses pretendidos. As redes sociais digitais permitem que cada usuário seja seu próprio filtro, permitindo, assim, que cada um consiga ser o editor de sua própria linha do tempo, o administrador de seu próprio conteúdo.

## **2.2 Ativismo digital**

A inserção da internet na vida cotidiana permitiu novas formas de se ver e vivenciar o mundo, tendo agora as telas (de computadores e posteriormente de aparelhos de smartphones e tablets) como um grande aliado nessa grande janela que a *world wide web* abriu.

Pode-se pensar – e muito até se fala – na possibilidade de a internet ter isolado as pessoas, porém, podemos considerar aqui o que Magalhães (2018) chama de ‘individualismo conectado’, sendo esta uma maneira dos atores sociais se comunicarem e trocarem informações.

Uma grande vantagem encontrada é a possibilidade de se conectar com pessoas com interesses em comum, independente do espaço físico e geográfico, fazendo parte de um único espaço: “Cada corpo individual torna-se parte integrante de um imenso hipercorpo híbrido e mundializado” (Lévy, 1996, p. 31).

Este novo local passa a ser então um espaço para a busca de diferenças e de semelhanças, que mesmo se tornando um território de entretenimento, não deixa de ser um espaço de lutas, e o que se vê é que “as antigas formas de organização social criadas com a finalidade de reivindicar questões de interesse comum ganharam imediatismo e alcance global com o advento das redes sociais digitais, transformando a própria ideia de agir colaborativo” (Magalhães, 2018, p.27).

A participação popular por causas e problemas pontuais se torna mais visível em um meio onde o agora é considerado importante, dando assim mais possibilidade de exposição de bandeiras e lutas. A militância passa a ter novos ares e encontra na rede

mundial de computadores um novo espaço para unir esforços em busca de uma mudança social.

O ativismo chega então ao mundo digital e o que se nota é

(...) o advento de um processo de transformação da condição habitativa que vê a passagem das formas de social sedentárias, geográficas, institucionais e políticas para as formas tecno-diaspóricas, expressões de um novo tipo de ecossistema (Magalhães, 2018, p; 13).

Assim, se percebe que a forma de se ver e fazer ativismo sofreu modificações e os envolvidos nesse processo passam a se reunir fora do seu local comum (espaço físico) para se encontrarem no meio digital (redes sociais). “O processo de identificação com causas sociais diversas é executado constantemente pelo indivíduo em seu convívio offline, podendo ser potencializado nas redes sociais digitais devido à natureza da internet” (Lima, 2012, p. 75).

Os interesses não modificam, o que modifica é a forma de difundi-los. A internet passa a ser, portanto, um campo de grande importância para dar voz a movimentos e grupos que querem e se sentem na necessidade de militar por suas causas.

A internet desempenhou um papel importante ao permitir que indivíduos pudessem expor suas reclamações, desenvolveu um sentimento de solidariedade, fixou o compromisso, aumentou seus números, desenvolveu habilidades, levantou fundos e organizou eventos. (Deegan, 2001, p. 13, do original[i]<sup>4</sup>)

A possibilidade de atuação em um meio, que mesmo ainda não atendendo à população em sua totalidade, já agrega grande fatia da mesma, propiciou uma grande visibilidade para os movimentos sociais, que até então tinham apenas os meios offline para se expressar. O espaço encontrado por esses movimentos dentro das redes sociais permitiu então uma mobilização mais ampla, permitindo uma modernização na forma de se fazer ativismo.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. (Castells, 2013, p.16)

---

<sup>4</sup> The internet played a large part in allowing individuals to air their grievances, developed a feeling of solidarity, firm up their commitment, grow their numbers, develop skills, raise funds and organize events

Não se trata aqui de dizer que as redes sociais digitais substituíram os meios tradicionais, ou mesmo que deixou esses obsoletos, muito pelo contrário, eles convergem entre si: “redes e ruas não devem ser entendidas como entidades necessariamente separadas, porém complementares, mesmo que com ambiguidades ou contrariedades decorrentes dos usos de diferentes dispositivos” (Grohmann & Souza, 2014, p. 135).

São diferentes meios em busca de unir e fortalecer as lutas necessárias por direitos e causas minoritárias: é assim que a rede e a rua devem ser vistas, uma não enfraquece a outra, uma mobiliza para a outra. Um grande exemplo disto foi o movimento #vemprarua<sup>5</sup>, ocorrido no Brasil em 2013, em que as pessoas, mobilizadas principalmente pelas redes sociais digitais e por *hashtags*, tomaram ruas e avenidas em protesto contra a corrupção no país.

Este exemplo traz a necessidade de unidade entre as formas de se comunicar no que tange os movimentos ativistas, fazendo com que a força da mobilização via redes sociais que pode ser ‘viral’ e tornar o alcance maior, dê corpo a um movimento *off-line*, que precisa do presencial para mostrar força e forma. “O mosaico comunicacional da Web reforça, assim, os campos de resistência à concentração da mídia, permitindo que idéias humanistas se expressem no perímetro do espaço político desterritorializado” (Moraes, 2001, p.4)

Pode parecer que as redes sociais digitais são terra de ninguém, mas são espaços de todos, sem barreiras ou muros, que podem ser vistas como um grande amplificador social. As ações ganham vida e energia por meio dessas redes digitais e as/os ativistas podem ser ouvidos – e até mesmo contestados – por meio delas, enquanto que simpatizantes das causas defendidas pelos ativistas podem ter a opção de aderir a cada ação desenvolvida por estes tipos de grupo.

Deegan (2001, p. 7, do original) fala que “em uma sociedade plural em crescimento, mais e mais pessoas estão se unindo para fazer suas vozes serem ouvidas”<sup>6</sup>. E é a partir dessas redes de comunicação via computador que falas ganham força e espaço, ecoando em um espaço que permite unir vozes independente de proximidade física, levando em consideração apenas o interesse em comum pela causa pela qual se contenda.

---

<sup>5</sup> Movimento ocorrido no Brasil em 2013 motivado inicialmente pelo aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus em São Paulo e que teve como grande característica a mobilização por meio das redes sociais digitais.

<sup>6</sup> In a increasing pluraistic Society more and more people are uniting to make their voices heard.

Podemos compreender aqui que se trata

(...) não apenas de um uso das redes, isto é, de uma estratégia político-instrumental de expansão de ações e práticas que encontrariam nas redes digitais sua própria amplificação (...), mas do surgimento de um novo tipo de interação que, além de conjugar as dimensões técnica e humana de forma simbiótica, amplia o próprio conceito de social, estendendo-o a uma dimensão ecológica e não mais antropocêntrica. (Di Felice, Pereira, & Roza, 2017, p.28)

Essa nova forma de interagir é que permitiu e permite que ações ativistas possam ser reconhecidas no meio digital e possibilitou uma grande expansão na forma de se comunicar com o público a partir desta nova ferramenta. Tornou-se então necessário se adaptar a nova dinâmica interativa, buscando sempre ampliar o efeito das ações nas redes sociais digitais e traçar a nova forma de se fazer ativismo.

Di felice (2013) divide o ativismo por meio das redes sociais em 3 fases, a primeira, embrionária, ligada ao advento da internet que possibilitou a divulgação e compartilhamento de textos e de ações produzidas pelos internautas, a segunda fase caracterizada por conflitos sociais deslocada pela internet para um espaço informático-planetária e a terceira fase caracterizada pelo surgimentos nas mídias sociais digitais que permitiu redes eficazes de ativismo e colaboração.

Quando se pensa na terceira fase do ativismo e se fala em uma rede colaborativa, logo se pode pensar no *Twitter* como grande representante desse modelo nas redes sociais, visto que

(...) é uma plataforma que, graças à sua natureza global, social e síncrona, facilita a rápida circulação e multiplicação das mensagens. É um modelo comunicativo síncrono, com uma temporalidade caracterizada pela transitoriedade da linha do tempo, que coincide com os tempos de publicação e leitura. (López, Conde, & Santamaría, 2015, p.24, do original<sup>7</sup>)

E mesmo com sua natureza efêmera, onde assuntos podem caducar em uma velocidade muito rápida no mesmo dia, o *Twitter* se tornou um grande espaço para mobilizações sociais, sendo um local que agrega e junta pessoas com ideais e pensamentos tanto semelhantes como distintos.

Através dessa rede social, onde a difusão de informação se encontra na gênese de sua formação, os usuários se relacionam e compartilham interesses, mesmo não tendo,

---

<sup>7</sup> es una plataforma que, gracias a su carácter global, social y sincrónico, facilita la rápida circulación y multiplicación de los mensajes. Se trata de un modelo comunicativo sincrónico, con una temporalidad caracterizada por la fugacidad del time-line, lo que hace que coincida los tiempos de publicación y de lectura

necessariamente, nenhum contato real. Essa, aliás, é uma das características particulares do serviço: as relações que se estabelecem entre os indivíduos são formadas majoritariamente a partir do interesse nas informações difundidas pelos usuários, mesmo que não tenham nenhum tipo de laço fora do ambiente virtual. (Ramaldes, 2009, p. 6)

O *Twitter* permite também a troca de ideias e percepções de pessoas contrárias a um mesmo tema, podendo ser um espaço para usuários comuns se tornarem líderes de opinião e que permite que pessoas comuns possam participar, mesmo que indiretamente, desse processo de amadurecimento de ideias e discussão de dados.

As redes sociais, como o citado *Twitter*, se tornam então uma forma de buscar e selecionar informações. Lévy (2017, p. 44) entende que,

(...) o cidadão possui hoje os meios – com apenas um pouco de esforço – de selecionar com precisão suas fontes de informação baseado em um leque de ofertas de inacreditável variedade e isso de quase todos os pontos do planeta, à exceção das censuras impostas pelas ditaduras. Essa seletividade pode muito bem se colocar a serviço tanto de uma exploração da diversidade de pontos de vista como de uma concentração exclusiva da atenção.

E é esta forma de explorar e a possibilidade de se tornar uma fonte seletiva de informação que torna esta rede social como uma grande aliada dos movimentos ativistas, que buscam e aproveitam esta nova realidade para impulsionar a sua mensagem.

Os ativistas se adaptaram a este novo momento e hoje o ativismo feito por meio digital é uma prática já institucionalizada, contudo, questionada quanto à sua importância e à validade. Muito se fala em ativismo de sofá, que nada mais é do que uma crítica às grandes discussões por meio das redes sociais, mas com práticas ainda fragilizadas ou inexistentes. Porém, não se pode fechar os olhos para a forma como as redes sociais se tornaram um grande meio de prática do ativismo. Não se trata aqui apenas de levantar bandeiras, as redes sociais permitem a propagação de dados importantes, questionamentos de situações de riscos e, principalmente, um forte meio de pressão social.

As redes sociais deixam de ser regidas pelas relações entre sujeitos emissores e objetos receptores, para tornarem-se redes de agenciamento coletivo e maquínico de subjetivação. A timeline torna-se uma linha do tempo acelerada, turbilhonando a subjetivação em rede, ao mesmo tempo em que a hashtag faz da ação coletiva dos movimentos sociais uma viva perspectiva da constituição do mundo. (Malini & Antoun, 2013, p. 215).

No Brasil, onde a rede social trabalhada neste estudo é de grande relevância, e reflete o que Malini & Antoun (2013) falam, apresenta números expressivos de usuários, assim como uma grande participação de líderes de opinião que utilizam este espaço para ganhar adeptos e multiplicar números. O ativismo praticado nesta rede, chamado neste estudo de ativismo online, ganha força e corpo, produz efeitos e ecoa mensagens de transformação.

Se temos nas redes sociais uma nova ágora, se torna necessário, então, pensar na grande importância em ter movimentos ativistas neste meio. E por ser importante é que lá estão, são diversos as/os ativistas que participaram ativamente das redes sociais digitais: destacamos aqui o ativismo negro, ativismo LGBTQ+, ativismo ambiental e o ativismo feminista; este último que será tratado neste estudo e melhor explanado no capítulo a seguir.



## **Capítulo III.**

### **Feminismo em Rede**



As redes sociais modificaram a forma de se ver e pensar o ativismo. Se tornou necessária uma adaptação a esse novo momento em que mundo online, de certa forma, se confunde com o mundo offline e, em alguns aspectos, parece até se sobrepor.

Uma vez que o novo meio é considerado a nova vizinhança, a internet tem o seu papel reconhecido como um canal de participação, de conexão sobretudo ao que não está fisicamente no entorno dos indivíduos conectados. E o novo poder de criar meios e projetar as suas vozes às mais extensas audiências vêm se tornando parte dos novos mundos sociais impulsionados pela tripla revolução (Magalhães, 2019, p. 369).

Esta forma de se estar ligado, de se comunicar com o mundo e, principalmente, a possibilidade de se ter as redes sociais digitais como um amplificador de discursos, ao mesmo tempo em que se apresentam como um espaço onde é possível ter as vozes em uníssono, que, até então, abafadas, lutavam pela mesma causa, mesmo sem uma comunicação entre elas. Tudo isto faz com que a internet e as suas redes sociais sejam um grande contributo na nova forma de militar pelos direitos das mulheres. Segundo Lévy (2005, p. 383),

as posições e os argumentos vão se redistribuir em múltiplos fóruns virtuais, como um cérebro gigante, iluminando aqui e ali suas assembleias de neurônios, decidindo pelo voto eletrônico sobre um direito concebido como uma formulação provisória de uma aprendizagem coletiva sempre em aberto.

Esta concentração de informações e esta união de pensamentos e ações, mesmo que no campo virtual, se tornou possível devido a esta configuração que pode ser considerada nova, formada por agrupamentos no meio digital, onde se tornou possível criar laços motivados por interesses comuns ou por sensibilizar os usuários por causas individuais e/ou problemas coletivos.

O surgimento de “comunidades virtuais” construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais, aponta para a emergência de solidariedades de novo tipo, eletivas, ou por conexão (Bunn, 2012, p. 22)

Esta nova forma de agrupamento aparece, então, como sendo um local de união de interesses; se apresentando como uma nova forma de interligação, feita agora por meio eletrônico, trazendo assim um outro método de luta.

Se antes apenas os meios tradicionais eram espaços de mobilização, agora é possível contar com uma forma moderna de praticar o ativismo, por meio das redes sociais digitais, que podemos nominar aqui, reforçamos, como ativismo online.

Mesmo sendo contestados por alguns críticos que questionam a eficácia de um ativismo no meio digital, já que as ações que podem ser consideradas mais concretas podem não ser tão claras para quem não está habituado a este novo tipo de mídia, a importância desse gênero de ativismo é nítida, porém, vale lembrar que: “A discussão sobre a extensão dos efeitos da comunicação on-line na participação democrática estende-se, ainda, para a interpretação das relações entre as redes digitais e a ação coletiva” (Caetano, Castro, & Rezende, 2019, p. 747).

É necessário compreender que as atividades online e offline podem andar juntas, ou seja, uma ação não anula a outra, elas se complementam e são imprescindíveis para o novo momento que se vive, em que a internet ganha cada vez mais espaço e se tornou em uma grande propulsora de causas.

Sendo a causa feminista, que é tema desse estudo, de grande relevância para a sociedade, se verifica a necessidade de ter as redes sociais digitais como fortes aliadas, onde é possível dar às mulheres um espaço onde possam ter o seu lugar de fala. Podemos pensar que:

Há lugares que não são de entendimento, mas de compaixão, de apoio ao oprimido quando ele “falar que o opressor está errado”. A “militância” pode ser exercida aí, nesse lugar terceiro: nem “opressor” nem “oprimido”, trata-se de reconhecer quem são esses e ficar do lado do último, concordando “independentemente” de qualquer coisa que seja menor do que o “incômodo” vivido. “Apoiar” e “mandar força” é o que se deve e, “nesse caso”, se pode fazer, empoderando o “oprimido” com sua simpatia incondicional. (Salgado & Gatti, 2018, p. 577)

Esta forma sensível de ver situações, nas quais não se está necessariamente participando, mas que pode ser ofensivo para quem assiste direta ou indiretamente à situação, é muito comum nesses espaços sociais digitais, que se tornaram participativos e de mobilização social.

Isso se torna possível já que: “A internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização” (Castells, 2003, p. 277).

Por isso, é possível ter voz nas redes sociais digitais, e estas, mesmo sendo um espaço de tantas opiniões, possibilita que todos e todas tenham seu espaço, e sendo este um ambiente plural, permite que seus múltiplos atores sociais participem do processo de construção de conteúdo, se apresentando também como um espaço de luta para as

mulheres, onde conseguem, por meio das novas tecnologias, ter suas ideias e reivindicações explicitadas.

Podemos acreditar “que a emergência e magnitude do ativismo de mulheres via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) seja reflexo de outra tendência macro, que mostra como cada vez mais brasileiras tem se conectado à internet” (Reis, 2017, p. 2). Tendo estas mais acesso à rede mundial de computadores e sendo este um espaço que permite discussões e não faz seleção de quem deve falar, a internet, por meio das redes sociais digitais, se apresenta como uma oportunidade para mulheres, que tantas vezes têm suas vozes abafadas, tenham um espaço de interlocução, onde possam ser ouvidas, assim como lhes possibilita ter contato com realidades similares às quais vivenciam.

Há uma “trama textual e hipertextual” que conecta os diversos grupos do movimento de mulheres, pois se refere a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam intervir na formação de políticas gerais de organização ou de transformação da vida social. (Bunn, 2012, p. 83)

As redes sociais digitais se apresentam, portanto, como este espaço de modificação de comportamentos e reflexão de ações, se tornando em um ambiente possível de questionamento e de criação de mecanismos que conduzam a uma mudança real na sociedade. Não se pode pensar simplesmente em um ativismo ‘de pista’<sup>8</sup>, ele é e continua sendo muito importante, porém, é notório que o espaço virtual deve ter seu mérito reconhecido no que tange às novas formas de se fazer ativismo.

É importante perceber que, para o funcionamento dos movimentos sociais atuais, entre eles o feminismo, não se coloca uma escolha entre o digital e a rua, mas formas de articulação entre ambos. Não existe entre esses dois níveis de funcionamento uma relação de disputa ou antagonismo, mas de continuidade e complementaridade (Vargas & Saraiva, 2019, p. 1195).

O que mais importa não é a capacidade, modernidade ou a tradição, mas sim a forma como as ações tocam de forma real a vida das pessoas. Se compreende que o movimento feminista, sendo um movimento que luta para modificar uma cultura de opressão contra as mulheres, deve criar frentes nos diferentes espaços existentes, sejam eles físicos ou virtuais.

Vale lembrar a ideia de Castells (2005, p. 273), segundo a qual, “a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos; ao contrário, os

---

<sup>8</sup> Práticas ativistas realizada nas ruas, por meio de manifestações presenciais.

comportamentos apropriam-se da internet, amplificam-se e potencializam-se a partir do que são”. É a utilização da internet para potencializar e amplificar os comportamentos, como enquadrado por Castells, que permite que a rede mundial de computadores seja um espaço para lutas das causas de minorias e, no que interessa a este estudo, mais diretamente das causas feministas.

As ativistas que lutam pela causa feminista têm hoje as redes sociais digitais como um grande instrumento de difusão do movimento, um espaço para tentar disseminar a importância de se combater práticas misóginas, de não perpetuar práticas que diminuam ou minimizem a relevância dos diversos tipos de violência contra a mulher.

(...) no caso do movimento feminista, constrói-se uma nova esfera pública digital que tem por base a colaboração e interação entre as mulheres. Nesse ciberespaço elas trocam informações, conteúdos e depoimentos pessoais, possibilitando, assim, um fortalecimento do movimento feminista na internet e abrindo espaço para a organização de ações que beneficiem as mulheres também fora dela (Martins & Nunes, 2019, p. 121).

Isso se torna possível devido à característica própria das novas redes sociais, que é a de ser um espaço livre para todos e todas se expressarem e buscarem apoio em suas convicções. É possível ter acesso a uma gama bem maior de informações sobre assuntos relevantes, já que interesses particulares ou coletivos são difundidos e estão a um clique de distância de qualquer pessoa ligada à rede.

(...) os internautas poderão se revelar cidadãos mais bem informados, politicamente mais ativos e socialmente mais conscientes do que os cidadãos *offline*. Essa nova acessibilidade da informação, essa disponibilidade de dossiês complexos ou especializados, a possibilidade de dialogar, notadamente em comunidades virtuais, com os melhores especialistas, faz com que as elites clássicas do poder político percam uma boa parte de seus privilégios (Lévy, 2005, p. 376)

Quando busca as redes sociais digitais para novas formas de reflexão e apoio, o ativismo feminista, por meio da rede mundial de computadores, permite que novos olhares e novas reflexões sejam feitas, até mesmo porque as redes sociais digitais também se apresentam como espaço de ofensas e repressão: muitos se utilizam do fato de estarem por trás de uma tela para práticas machistas e ofensivas.

Com a velocidade a que as redes trazem as informações e com seu modelo ágil e dinâmico, a prática do feminismo em rede se apresenta como importante e necessária. Não se pode mais permitir o silêncio, mesmo que seja um silêncio eletrônico. Cabe, assim, a todos os atores sociais que fazem parte desse processo de ativismo conectado

se posicionarem e serem as vozes de todas as mulheres que sofrem diariamente, seja presencialmente, seja virtualmente, de violências das mais diversas, para que possam assim diminuí-las.

As mulheres também são vulneráveis nas redes sociais. Suas falas são questionadas e desvalorizadas, nomeadamente, quando práticas de violência são apresentadas ou denunciadas sempre vêm juntas com desculpas ou tentativas de justificar a existência dessas. Assim sendo, se este é também um espaço de opressão, nada mais justo de ser usado como um espaço de luta.

Não se pode mais imaginar então um ativismo, de qualquer natureza, que ignore os novos meios de comunicação e, menos ainda, é possível imaginar um ativismo feminista que não se apresente nos espaços de grande discussão para se fazer presente e representar – ou apresentar - a voz e a vez de muitas mulheres que querem trocar o sistema repressivo arcaico por um modelo em que sejam respeitadas e vistas como iguais enquanto cidadãs.

Cabe, então, utilizar todos os espaços possíveis, principalmente os espaços virtuais, para ter força nos movimentos de luta, até porque, como bem pontuou Lévy (2005, p. 373):

As mídias não se ligam mais a um público localizado, mas a uma comunidade virtual distribuída por toda a parte num mundo de ouvintes, espectadores, leitores, contribuintes. Assim, as singularidades locais universalizam-se e todos os pontos de vista estão virtualmente presentes em cada ponto da rede.

Logo, devem os movimentos, como o movimento feminista, envolver-se e estar presentes nesses novos espaços de visibilidade, onde todos têm direito a voz e todos podem ser vistos. Há um espaço único que mesmo sendo tão vasto, parece algumas vezes que se fala para poucos, ou até mesmo para o nada, contudo, há uma imensidão que pode ser atingida. Castells (2019, p. 80) escreve que:

Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social.

Por isso se torna tão necessário pensar no feminismo em rede, e é também tão importante estudá-lo, já que este é um movimento que não aceita o ciclo de exclusão e recusa uma sociedade culturalmente machista.

Mesmo sendo um movimento novo, em um espaço que também ainda é novo para todas as sociedades, tanto os ativismos feministas em rede, como as redes sociais digitais, têm em comum a relevância na sociedade atual, e a sociedade contemporânea precisa de um e outro, tendo nestes uma nova forma de ver e agir no mundo.

Parece que as comunidades virtuais são mais fortes do que os observadores em geral acreditam. Existem indícios substanciais de solidariedade recíproca na Rede, mesmo entre usuários com laços fracos entre si. De fato, a comunicação online incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade. (Castells, 2019, p. 445)

É esta solidariedade recíproca que se busca quando se milita nas redes, a busca por um local de todas, onde mulheres, de diferentes classes sociais, credos e cor, mesmo com tantas diferenças, conseguem se unir por uma única causa, por um grande propósito, tornando pequenos discursos em grandes motivos de luta, em um ressoar constante por busca de mudanças. Dando corpo e força à sororidade.

E buscar mudanças por meio das redes sociais digitais é criar um espaço de lutas por melhorias diárias, que se lute contra desigualdades, ajudando assim na construção de um mundo onde ser mulher não é um fardo. As redes sociais digitais aparecem, desta forma, como um grande espaço de ativismo.

### **3.1 Ativismo na rede**

Com a chegada das novas tecnologias e a adesão por boa parte da população às redes sociais digitais, as práticas ativistas passaram a buscar o seu lugar de fala também nestes espaços, como enquadrado no ponto anterior. Este ‘novo’ espaço online permitiu que o ativismo tivesse um novo momento e deu ainda uma oportunidade aos movimentos ativistas de conseguirem um maior alcance dentro deste campo virtual. Ora, vale lembrar que

(...) os movimentos eclodiram nas redes sociais na Internet por estas se apresentarem como espaços de autonomia, distanciados do controle dos governos e das empresas que, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação enquanto fundação do seu poder. (Magalhães, 2018, p. 54)

As redes sociais aparecem, então, como um espaço independente, quando pensamos em poder e controle de informações encontrados nos grandes oligopólios de comunicação. Tendo então a autonomia necessária para ser um espaço plural, estas

redes se apresentam como um local onde ver e ser visto é possível. Não se pode negar também o fato de que uma espécie de diálogo é possível entre os usuários e seus seguidores, a interação que existe por meio das redes é real e permite uma troca entre estes. Ora,

(...) evidencia-se a importância desse processo relacional de mediação da informação nos diversos contextos sociais, tendo em vista que a informação é um elemento capaz de produzir significados e empoderar os indivíduos por meio de mudanças de mentalidades e práticas sociais (Oliveira, Oliveira, Cortês, & Silva, 2019, p. 29).

Por isso, os movimentos ativistas utilizam as ferramentas disponíveis na internet para se expressar e utilizam os meios virtuais para dar mais força coletiva às suas causas, ou contra ações e situações consideradas injustas e/ou equivocadas; ferramentas que levam, assim, ao debate ou a reflexões coletivas, práticas estas já comuns nos meios relacionais presenciais que passam a acontecer também por meio das redes sociais digitais. É a esta prática virtual, que tem propósito de movimento, que denominamos de ativismo online.

Este tipo de prática, segundo Puntel (2013, p. 570), “é utilizada por grupos de internautas específicos para reivindicar direitos ou para divulgar causas e realizar manifestações, virtuais ou no ‘mundo físico’, por meio de sites, blogs e de redes sociais.” Com efeito, e sendo a internet um ambiente tão presente na vida de todos e todas, principalmente após o uso massivo dos *smartphones*, fica quase impossível ignorar esta nova forma de se comunicar e se fazer presente no dia a dia das pessoas conectadas entre si por meio da internet.

Vale lembrar a ideia trazida por Deagan (2001, p.12,) de que

(...) a internet pode desempenhar um papel extremamente importante na criação e ampliação de uma campanha de ativismo. A transmissão global imediata de informações, combinada com o acesso aberto de todos, incluindo a mídia, significa que os ataques podem se desenvolver em tal velocidade que parecem surgir do nada<sup>9</sup>.

Este espaço é possível devido à grande visibilidade possibilitada pelas redes sociais digitais, ou seja, uma ideia é possível ser vista, revista, replicada, ganhando popularidade em poucos minutos, tudo isso devido à velocidade que estas plataformas proporcionam atualmente. São, portanto, estas características de

---

<sup>9</sup> Tradução do original: “the internet can play a hugely important role in both the creation and amplification of an activism campaign. Immediate global transmission of information, combined with open access by all, including the media, mean that attacks can develop at such speed that they appear to spring from nowhere”.

rapidez e de propagação quase instantâneas que tornam as redes sociais digitais tão importantes:

É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais (Castells, 2019, p. 457)

Se torna possível, desta forma, ser integrante deste processo de participação de opinião e ideias, buscando, ainda mais, ser um ponto de referência em uma rede tão mutável e tão gigantesca. O ativismo, feito nas redes sociais, é imprescindível nos dias atuais, onde pessoas – e até mesmo robôs – são integrantes desse processo de tentar influenciar pessoas.

O ativismo online é necessário para dirimir dúvidas, quebrar barreiras, desmistificar ideias e ‘pré-conceitos’ existentes no seio social, que, muitas vezes, se repetem de forma quase inocente, pelo simples motivo de ser algo naturalizado há muito tempo. “Há uma sociedade como um todo enquanto destinatária social, a quem cabe sensibilizar, deslocar matrizes, fazer refletir, para que os horizontes morais sejam ampliados e nenhum sujeito seja desvalorizado” (Sarmiento, 2015, p. 134).

Coube ao ativismo sair das ruas e chegar à rede mundial de computadores, criando novas estratégias de mobilização e tendo, desta forma, um espaço imediato e ilimitado para se expressar. Ao ocupar este espaço, o ativismo ganhou um grande destaque, principalmente, depois das últimas eleições presidenciais de 2019, no Brasil, onde muito se questionou sobre ações desenvolvidas por grupos ativistas ligadas a grupos políticos e muito se criticou o ativismo social em geral.

Mesmo nesta conjuntura, é perceptível a importância que o ativismo, via redes sociais, tem, sendo reconhecida por diversos setores da sociedade. Os movimentos seguem atuantes nas redes sociais digitais, focando sua atuação para o fortalecimento de causas e em busca de uma transformação social que permita uma sociedade mais igualitária e mais justa.

E esse cenário é necessário, visto que, segundo Castells (2019, p. 355),

(...) os movimentos sociais e a política, insurgente ou não, surgem e vivem no espaço público. O espaço público é o espaço de interação significativa da sociedade, onde ideias e valores são formados, transmitidos, apoiados e resistidos; espaço que, em última instância, se torna campo de treinamento para ação e reação.

Este novo espaço público se apresenta, então, como o campo de treinamento mais atualizado, moderno, que em sua virtualização consegue movimentar e criar ações, tanto no espaço online, como no espaço offline. As redes sociais são um novo espaço público, onde se discute, se interage e se busca informação.

Com efeito, as redes sociais digitais possuem este novo papel, como um local de lutas e questionamentos, por isso, os movimentos sociais se modernizaram e utilizam a internet como uma ferramenta essencial para as ações desenvolvidas. “Além de usar a internet para incentivar a participação no ativismo, como o comparecimento em manifestações, as organizações também usam a internet para encorajar o ativismo online” (Castells, 2019, p. 380).

Já é compreendido que o ativismo pode e deve ocorrer nas redes sociais. Ter este como um espaço de luta e diálogo é essencial em um mundo cada vez mais conectado. Contudo, não se pensa aqui em um ativismo apenas virtual, onde nada muda no mundo real, mas sim, nessa extensão do ativismo que vê neste espaço uma oportunidade de luta para uma nova sociedade:

(...) essas organizações militantes, assim como os milhares de ativistas individuais que se mobilizam para campanhas específicas, se conectam pela internet para debater, organizar, agir e compartilhar. Além disso, quando um protesto simbólico é planejado para um local específico (...), as redes virtuais são essenciais para reunir as centenas de organizações locais e os milhares de ativistas que saem do local para entrar no global. Portanto, a organização pela internet depende de interações presenciais anteriores, que, ao convergirem em uma localidade de eventos, cria novas ocasiões para maiores interações presenciais. A internet é fundamental nessa lógica organizacional e cultural que articula redes globais e comunidades locais. (Castells, 2019, p. 396)

A internet, como apresentada por Castells, é um espaço de mobilização, um local onde militantes podem se fazer ouvir, levantar bandeiras e direcionar seus esforços em um ambiente com uma grande concentração de pessoas, sem ter que necessariamente fazer parte de uma elite dominante, ou estar no centro o poder midiático. Para Ayres & Babo (2018, p. 1), o poder destas novas redes amplas no mundo digital é, essencialmente, político:

Os média digitais acabam, desse modo, por jogar um papel na formação de um contrapoder. Podem, assim, formar-se novas configurações comunicacionais em torno dos média digitais e emergir contrapoderes constituídos por vozes marginalizadas que, por sua vez, desencadeiam consequências que podem criar condições para alterações sociais de cariz democrático.

É necessário, portanto, que os movimentos populares que se organizam dentro de uma rede virtual tenha ações reais, visando uma modificação nos aspectos sociais mais questionáveis e dando voz aos esquecidos ou ignorados, elevando causas e questões importantes e necessárias para a sociedade.

Essas narrativas construídas em rede envolvem o saber, a identidade e a racionalidade com as quais as pessoas constroem o conhecimento sobre o mundo que as cerca. Através da interlocução com outras pessoas, constroem uma compreensão de si mesmos. As mídias se constituem enquanto espaço para trocas comunicativas que possibilitam um partilhar dos dilemas sociais e principalmente de ideias propositivas para superação dos mesmos (Paz & Rodrigues, 2019, p. 23).

Sublinhamos a tese de Paz & Rodrigues, partindo do princípio que o ativismo online deve utilizar esse espaço de narrativa para também construir um discurso que contribua para interligar pessoas ligadas a uma causa ou a causas com objetivos semelhantes; essa união é necessária para criar força de replicação de mensagem, assim como para dar expressividade para o que se pretende enunciar.

As redes sociais digitais, tendo como características a rapidez e o grande alcance de usuários, permitem que um assunto possa ser amplamente discutido, tornando a militância mais ativa e possibilitando um envolvimento de um grande número de pessoas para o tema que se quer chamar atenção. “Este novo contexto se tornou espaço de apropriações culturais, educacionais e políticas que mobilizam cenas cotidianas que ocupam outro espaço, um híbrido entre o urbano e o ciberespaço.” (Paz, Sales, Santos, & Junqueira, 32, p. 371)

É esse entremeio, onde o cidadão consegue transitar de forma consciente no espaço virtual e no espaço real, munido de informação, conseguindo assim ter uma convergência de ações entre o real e o virtual, por meio de ações e discursos, apresentando o pensamento que se deseja compartilhar e tendo este como um reflexo de suas ações.

Ainda que as tecnologias e redes digitais permitam a comunicação em tempo real, fazendo fluir pelas redes ordens, diretrizes, pensamentos e até mesmo emoções que levam outros a agirem, essa ação à distância, a teleação, só se realiza efetivamente no lugar; aquele onde está cada um implicado na ação. (Xavier, 2016, p. 559)

Podemos pensar a ideia de Xavier a partir do entendimento de que para a efetivação do ativismo, mesmo o que acontece por meio digital, se torna necessário um ambiente que possibilite a tangibilidade das ações propostas.

O ativismo online, ao buscar uma transformação social, deve, por assim dizer, estar conectado com o mundo offline, assim como o ativismo feito nos espaços reais devem estar atentos ao espaço virtual, para que consiga estar presente no cotidiano de cada pessoa, alterando o contexto social e se tornando presente em todos os espaços de discussão.

### **3.2 Feminismo como ativismo**

O feminismo é um espaço nato de luta. Em um país com um número expressivo de violência contra a mulher e em que o machismo estrutural é visível em ações do cotidiano, o movimento feminista tem praticamente a obrigação de militar por uma mudança na forma como as mulheres são vistas socialmente. No entanto, como sublinhado por Beauvoir (1970, p. 15), “No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”.

Sendo um espaço pertencente aos homens, a inserção das mulheres nas tomadas de decisões ganha grande resistência por parte de toda sociedade (não apenas dos homens), que sempre busca motivações ou contestações para ver empecilhos para dar-lhes espaço de destaque no espaço público. A luta é, portanto, pelo engajamento de mais mulheres:

É importante destacar que a conjuntura atual do movimento feminista aponta novas configurações de engajamento e inserção das mulheres no processo de luta por políticas públicas. Inclusive, a compreensão de gênero ganha novos olhares. O cenário converge para que cada vez mais individualmente e por meio de grupos as mulheres percorram caminhos que promovam seu engajamento e empoderamento (Oliveira, Oliveira, Cortês, & Silva, 2019, p. 25)

É um caminho árduo e longo que ainda se necessita trilhar para ter as mulheres totalmente envolvidas em todos os processos políticos e econômicos, por isso, a necessidade de, unidas, trilharem por um novo momento, em busca de lugares e respeitos necessários para o empoderamento feminino.

Isto é fundamental para a busca da igualdade de gênero, principalmente, em relação ao respeito que se dá as mulheres nos diversos ambientes em que estas possam participar. Temos que lembrar que uma mulher, ao assumir uma posição de

destaque, sempre tem sua competência contestada, é questionado seu relacionamento com outros homens no poder, é alvo permanente de insinuações em relação a sua vida sexual, a própria sexualidade é questionada, principalmente, quando se trata de cargos e lugares tradicionalmente ocupados por homens.

É como se as mulheres sempre tivessem que estar à margem dos homens e só a partir deles pudessem ser possível ter algum espaço ou sucesso. Podemos entender isso quando Santos (2018, p. 56) refere que

(...) ao analisarmos a figura feminina pelos traços dados pelo processo cultural histórico, permitimos ver que a estrutura criada envolta de sua imagem, sempre esteve relacionada ao “outro”, o não sujeito, que não fala, não questiona, mas obedece, traz uma ligação obscura com a liberdade e os desejos de si. Seu eu no mundo foi e é visto/sentido em segundo plano, nada corresponde às grandes conquistas, sempre enaltecida se estiver um sujeito masculino a frente, ‘mostrando’ às coordenadas ou simplesmente pelo fato da supremacia qual este foi constituído

Esta situação de ser considerada uma coadjuvante na vida é percebida por meio de frases ‘tradicionais’ que perpetuam que a mulher é só um acessório ou um apoio para o homem; homem que é, maioritariamente, representado como dotado de toda capacidade necessária, sempre a pessoa mais capacitada nas relações sociais, validado em expressões como: “Por trás de um grande homem sempre existe uma grande mulher.” ou “Mulher no volante, perigo constante.”, que exemplificam este prolongamento da condição de inferioridade.

O machismo estrutural, que é perpetuado, e muitas vezes nem é sentido, é um grande inimigo do movimento feminista. Afinal, a naturalização de ações e comportamentos equivocados faz com que muitas pessoas (homens e mulheres) não enxerguem práticas machistas nas suas rotinas.

As mulheres, por fim, acabam se acostumando, ou até mesmo se diminuindo para caber nesses conceitos: “uma tradição de resignação e de submissão, uma falta de solidariedade e de consciência coletiva que as deixam assim desarmadas diante das novas possibilidades que se abrem para elas” (Beauvoir, 1970, p. 150).

Assim, o movimento feminista aparece como uma organização que luta para quebrar preconceitos, modificar pensamentos e corrigir comportamentos. As ações desenvolvidas por este movimento visam diminuir distâncias históricas entre homem e mulher, que sempre apresentou a mulher como o lado mais fraco da moeda.

E é também por meio das novas tecnologias que essas ações também acontecem, já que, como citado por Rizzotto, Meyer, & Sousa (2017, p. 127)

Com a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), o feminismo – bem como outros movimentos sociais – encontrou um novo espaço para divulgação de seus ideais. A internet e as redes sociais digitais passaram a funcionar como um espaço de intercâmbio de ideias e debates, e como uma ferramenta de engajamento e militância.

Este espaço, amplo e democrático, no que tange ao acesso igual ao que é publicado nas redes, permite que o movimento feminista encontre um espaço de discussão e diálogo, por mais complexa que seja a dinâmica das redes sociais digitais. Porém, o que se percebe é que as redes se tornaram um espaço para quem busca uma mudança social se expressar, já que são uma ferramenta que permite ter voz num ambiente democrático, ter espaço em um ambiente plural.

(...) todos esses processos de mudança social, em valores e na política, encontraram uma alavanca significativa nos meios oferecidos pelas redes de autocomunicação de massa. É por meio dessas redes que as pessoas podem ser alcançadas, e a grande mídia, incapaz de ignorar o mundo agitado dos múltiplos canais de comunicação que a rodeiam, pode ser obrigada a ampliar o alcance de suas mensagens (Castells, 2019, p. 468).

Quando se fala em mudança, podemos pensar em um mundo mais equânime e mais justo para as mulheres, e a internet, com suas redes sociais digitais, permite que as vozes dos movimentos ativistas sejam ouvidas, pautadas e até mesmo questionadas, questionamento este que nos permite compreender que o alcance de suas mensagens gerou algum tipo de incômodo.

Daí a importância do feminismo, que encontra na rede mundial de computadores um espaço de fala, um local de luta, onde pode ser visto e lembrado. Se torna, por isso, tão necessário aos movimentos feministas, que, ao estarem presentes no espaço on-line, se fazerem visíveis e acessíveis para todos e todas, difundindo seus conceitos e ideais, e trazendo para perto um mundo, que ainda é utópico, de igualdade de gênero.

Segundo Rizzotto, Meyer, & Sousa (2017, p. 145), “O ativismo feminista na internet também é parte responsável pela disseminação do feminismo especialmente entre as jovens, que se mostram mais receptivas ao feminismo e muitas vezes se reconhecem e se apresentam como feministas”. Vale lembrar que o termo feminista

é utilizado por muitos no Brasil de forma pejorativa, pelo que, cabe ainda aos movimentos feministas serem portais de esclarecimento sobre o seu real significado.

Percebemos, assim, que o ativismo do movimento feminista se torna necessário por vários aspectos. Afinal, querer ter uma sociedade onde homens e mulheres têm os mesmos direitos e são respeitados da mesma forma ainda é motivo para dúvidas e questionamentos.

Procura-se, desta forma, um novo campo de luta de onde resulte uma representação social mais justa da figura da mulher: “O confronto entre a nova visão que a mulher tem de si mesma e a construção que a mídia tradicional faz dela – reforçando discursos de desigualdade e de determinismo biológico – ganhou espaço de debate no mundo virtual.” (Zenidarcy & Silva, 2017, p. 5)

Esta necessidade de reconstrução que a própria mulher precisa fazer da sua imagem, assim como a forma como a mulher é representada na grande mídia, reforça a importância do movimento feminista em militar pela causa das mulheres. Se torna necessário dissolver toda a imagem equivocada que se construiu do ser feminino, e reconduzir ao seu lugar de direito.

É necessário dissolver o discurso de sexo frágil e que necessita de proteção masculina, seu provedor original, assim como discursos de posse, muito difundidos socialmente, vale lembrar o pensamento de Mill (2017, p. 170) ao lembrar que:

Os homens não querem somente a obediência das mulheres, querem seus sentimentos. Todo homem, exceto os mais brutais, quer ter na mulher mais proximamente ligada a ele não uma escrava pela força, mas uma escrava voluntária, não meramente uma escrava, mas uma favorita. Eles, portanto, puseram em prática tudo que escravizasse suas mentes.

Vê-se, então, a necessidade de clarificar ideias e auxiliar com as informações necessárias para desmistificar, até mesmo para mulheres, o seu papel e sua capacidade. O movimento feminista, por meio das redes sociais pode trabalhar na “conscientização em rede das mulheres acerca da repressão que sofrem, almejam obter a força necessária para a libertação do sistema patriarcal.” (Dieminger & Oliveira, 2015, p. 5).

Vale lembrar que o machismo estrutural está muito enraizado em nossa sociedade, onde não somente homens, mas também mulheres, por uma situação cultural ou naturalização social, tendem a diminuir ou desvalorizar a fala feminina, principalmente, quando esta é antagônica de uma fala masculina. A necessidade de

trabalhar nas diversas frentes para combater esse machismo cultural é, on e offline, premente.

É este o cenário que revela a importância da luta pelo direito das mulheres, de nivelar a sua importância, dos movimentos feministas dedicarem seu tempo a mudar o pensamento equivocado e a lutar de forma humanitária pela igualdade de gênero. “O feminismo é considerado uma extensão da luta pelos direitos humanos, a qual delata a subordinação milenar das mulheres, e batalha por uma reconstrução do autorreconhecimento dessas.” (Dieminger & Oliveira, 2015, p. 7)

A batalha travada pelos movimentos feministas tem um esforço diário, com mudanças diárias, ressignificando o papel da mulher na sociedade, sua participação social e política, seus direitos e garantias, sua liberdade de escolha e de ser quem quiser.

Almeida (2016, p. 27) afirma que, “utilizando-se dos meios tradicionais e de novas ferramentas de comunicação, como a internet, as imagens e algumas pautas do movimento feminista tomam certo espaço até na mídia comercial” e, desta forma, se torna capaz de ter um alcance maior, permitindo uma mobilização maciça dando assim visibilidade às discussões geradas pelos movimentos ativistas.

As redes dão a visibilidade necessária para o movimento feminista ganhar espaço e isso só é possível devido a um ativismo capaz de se posicionar na defesa de um grupo ainda tão oprimido como o feminino, que, por meio das novas tecnologias, torna suas bandeiras mais visíveis, e busca uma nova realidade em um país marcado pela violência contra a mulher.

Quando busca a equidade de gênero e respeito ao feminino, seja em relação a seu discurso, seja em relação ao seu corpo, “os movimentos sociais que a rede fomenta se caracterizam pela descentralização, a revalorização da proximidade, o cunho imediato, a tendência libertária e a conexão mundial” (Rudiger, 2007, p. 84).

E é essa conexão que o ativismo feminista, via redes sociais digitais, permite: ele aproxima mulheres que passaram ou passam por situações geradas por questões de gênero, que são diminuídas, agredidas (verbal ou moralmente), violentadas, caladas e muitas vezes esquecidas. O ativismo, via internet, aparece, assim, como uma possibilidade de mudança, de união, de esperança de que um novo panorama para as mulheres é possível.

O ativismo feminista online apresenta uma nova forma de feminismo em ação, utilizando as ferramentas modernas e tão atuais para combater desigualdades históricas e instruir mulheres e homens para uma prática de empatia e sororidade, deixando o dedo acusatório para trás e dando as mãos para dar o apoio necessário a tantas mulheres que são vítimas do machismo continuamente impregnado na sociedade brasileira.

# **Capítulo IV.**

## **Estudo empírico**



Ao discorrer sobre o Feminismo em Rede, buscando compreender as redes sociais digitais sociais como ferramenta do ativismo online, objetivamos investigar o ativismo online como ferramenta para mobilização e sensibilização da violência contra a mulher no Brasil e buscamos entender de que forma ocorria as ações e mobilizações, para responder o nosso questionamento: Como os perfis que falam sobre as causas feministas nas redes sociais do Brasil, em específico no Twitter, colaboram na desconstrução de práticas machistas e misóginas que legitimam a violência contra a mulher no Brasil?

Ao buscar realizar uma análise que nos permitisse ter uma melhor compreensão sobre o tema, optamos por utilizar a análise de conteúdo, por compreender que este método é o que melhor atende aos nossos questionamentos de como a rede social Twitter se comporta como ferramenta para o ativismo feminino.

Usamos como base para nossa metodologia a obra *Análise de Conteúdo*, do autor Laurence Bardin (1977). A escolha se deu pela compreensão de Bardin (1977, p.34), para quem “A análise de conteúdo pode ser uma análise dos «significados» (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos «significantes» (análise léxica, análise dos procedimentos)”.

Tentar compreender um conteúdo, por meio do que foi dito em um ambiente online e de todas as temáticas que o envolvem, nos levou a percorrer um caminho que findou em um conhecimento mais amplo de como se dá, na prática, o ativismo online realizado por diversos atores sociais, ligados ou não a grupos ativistas organizados.

Para isto, este estudo optou por analisar uma rede social que é utilizada hoje por grandes líderes de opinião e que é fonte para as mídias tradicionais, o Twitter. Sua relevância também se dá pela quantidade de brasileiros ligados a esta rede, a revista *tecmundo*<sup>10</sup>, de agosto de 2019, listava o Brasil como o sexto país no mundo com maior número de usuários no Twitter, com mais de 8 milhões de usuários ativos.

Segundo Barriga (2017, p. 29):

O Twitter popularizou-se pela simplicidade da sua interface e pela eficácia das ferramentas para a exploração das características mais marcantes da Web e da sociedade em rede: instantaneidade, interatividade, personalização, hipertextualidade, mobilidade e convergência. É considerado por muitos o verdadeiro “minuto-a-minuto do planeta”, pois ali a informação quase circula em tempo real,

---

<sup>10</sup> <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/144654-brasil-10-paises-usuarios-twitter.htm>

permitindo que as informações sejam produzidas através de um fluxo contínuo de trocas, interações e hiperconexão de conteúdos.

Essas características permitiram que a rede social *Twitter* se tornasse uma rede social forte no Brasil, até mesmo por ser “mais dependente de uma circulação feita de modo ativo pela rede (através de retweets e menções), potencialmente mais democrático e mais público” (Recuero, Zago, & Soares, 2017, p. 8), características que fazem com que uma rede, que tem hoje como limite 280 caracteres por mensagem, se destacasse ao abordar temas dinâmicos e discutidos com uma certa igualdade entre os usuários conectados, muitas vezes, por um tema em comum.

Por ser de grande importância no cenário brasileiro, principalmente após as eleições de 2019, quando foi utilizado massivamente como fonte de informação entre candidatos e seus eleitores, é que o Twitter foi escolhido como rede social a ser analisada, visto seu papel em dar fala e em promover debates, mesmo com um número limitado de caracteres.

Para delimitar e permitir uma quantidade relevante de informações para esse estudo, foi definido como período de análise o mês de março de 2020 (01 a 31/03), mês escolhido por ser o que se comemora o Dia Internacional da Mulher (08/03), quando campanhas e movimentos pelo direito da mulher são costumeiramente amplamente divulgados e desenvolvidos.

Devido à pandemia ocorrida este ano, março foi ainda o mês em que o isolamento social começou no Brasil e, junto com o isolamento, um aumento de casos de violência contra a mulher também foi registrado, visto que muitas mulheres passaram a conviver de forma mais intensa com seus agressores.

Delimitado o período de análise, a coleta de dados foi realizada por meio da ferramenta LTweet, desenvolvida pelo laboratório de comunicação da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Esta ferramenta permitiu ainda fazer a mineração dos dados para o refinamento da pesquisa, onde, no caso dessa investigação, optamos pela pesquisa de até 30 mil *tweets* por temática abordada e um número mínimo de 10 curtidas nos *posts* selecionados, dando relevância ao *tweet* analisado.

Os termos utilizados para a composição do corpus foram: feminismo, ativismo e violência doméstica. Estes são termos que, em nossa compreensão, se complementam e criam consistência para a análise pretendida.

Ao final da busca feita via LTweet, com a variável escolhida (mínimo de 10 curtidas), a partir dos termos selecionados, o resultado quantitativo do corpus encontrado, relativo

ao mês de março de 2020, foi de: 645 *tweets* com o termo 'violência doméstica', 224 *tweets* com o termo 'ativismo' e 5.275 com o termo 'feminismo'. Consideramos que a quantidade maior do termo 'feminismo' se deu pelo mês escolhido, resultado já esperado pela investigadora.

Após a coleta do corpus, optou-se pela leitura dos dados via Iramuteq, que: “é um software gratuito de código fonte aberto, licenciado por GNU GPL (v2), que utiliza o ambiente estatístico do software R”. “Assim como os outros softwares de fonte aberta, ele pode ser alterado e expandido por meio da linguagem Python” (Salviati, 2017, p. 4).

Entre as opções encontradas no Iramuteq, optamos por utilizar a análise de similitude, visto que, conforme apresentado por Salviati (2017, p. 69), permite fazer “a identificação da estrutura da base de dados (corpus), distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes.”

A análise de similitude permite canalizar a investigação para os termos mais recorrentes. Assim, utilizou-se como parâmetro para formação dos grupos de palavras fortes a classificação por: substantivos<sup>11</sup>, verbos e adjetivos.

Visto o volume do corpus do termo “feminismo”, optou-se pela análise de similitude de até 100 termos em feminismo, visto a quantidade bem superior de *tweets* colhidos com essa palavra, resultando na seguinte amostra:

Tabela 1- Amostragem 'feminismo'<sup>12</sup>

TERMO	MENÇÕES	CLASSE GRAMATICAL	TERMO	MENÇÕES	CLASSE GRAMATICAL
feminismo	5839	nom	dever	196	ver
e	4994	nom	aprender	195	ver
mulher	2115	nom	bem	186	nom
falar	1312	ver	classe	174	nom
branco	860	adj	deixar	170	ver
só	844	adj	ensinar	159	ver
prior	725	nom	mina	158	nom
homem	721	nom	escroto	158	adj
todo	685	adj	pano	156	nom
querer	622	ver	apoiar	155	ver

<sup>11</sup> Na tabela aparece como 'nom' pelo sistema ser francês.

<sup>12</sup> A partir do software LTweet.

status	567	nom	cu	150	nom
feminista	523	nom	bom	148	adj
dizer	473	ver	discurso	146	nom
achar	470	ver	ano	137	nom
dar	464	ver	merda	135	nom
negro	462	adj	fada	133	nom
marcela	447	nom	daniel	133	nom
saber	435	ver	tirar	132	ver
mesmo	413	adj	aula	131	nom
gente	397	nom	ler	129	ver
ficar	365	ver	bandeira	129	nom
dia	351	nom	bianca	128	nom
passar	340	ver	pensar	126	ver
machismo	337	nom	mostrar	125	ver
coisa	335	nom	questão	124	nom
machista	320	adj	pauta	123	nom
pessoa	315	nom	vida	121	nom
racismo	313	nom	social	121	adj
seletivo	301	adj	lutar	120	ver
racista	301	adj	odiar	117	ver
entender	300	ver	errado	116	adj
usar	275	ver	ganhar	115	ver
defender	273	ver	chamar	115	ver
cara	269	nom	sensato	114	adj
luta	265	nom	importante	114	adj
menina	262	nom	feminino	113	adj
liberal	251	adj	militância	112	nom
casa	248	nom	gostar	109	ver
mundo	222	nom	certo	109	adj
vez	220	nom	caralho	109	nom
movimento	216	nom	chegar	108	ver
macho	211	nom	acabar	107	ver
causa	211	nom	mão	105	nom
precisar	210	ver	raça	104	nom
amigo	208	nom	ouvir	104	ver
existir	204	ver	filho	103	nom
vir	197	ver	próprio	101	adj
sair	197	ver	gênero	101	nom
direito	196	adj			

Até 10 termos nos vocábulos ‘violência doméstica’, já que se coletou um menor número de *tweets* ligados a estas palavras, resultando na seguinte amostra:

Tabela 2- Amostragem ‘violência doméstica’<sup>13</sup>

TERMO	MENÇÃO	CLASSE GRAMATICAL	TERMO	MENÇÃO	CLASSE GRAMATICAL
violência	693	nom	abusivo	16	adj
doméstico	635	adj	via	15	nom
mulher	347	nom	valorizar	15	ver
caso	154	nom	rua	15	nom
quarentena	131	nom	relacionamento	15	nom
vítima	110	nom	problema	15	nom
casa	96	nom	pedir	15	ver
aumentar	86	ver	pandemia	15	nom
status	77	nom	linha	15	nom
domesticar	76	ver	deixar	15	ver
isolamento	73	nom	corona	15	nom
sofrer	71	ver	índice	14	nom
dizer	69	ver	tempo	14	nom
dia	68	nom	sair	14	ver
social	63	adj	machismo	14	nom
falar	62	ver	justiça	14	nom
crescer	62	ver	estupro	14	nom
aumento	59	nom	brigar	14	ver
homem	57	nom	bem	14	nom
confinamento	55	nom	amigo	14	nom
denunciar	51	ver	triste	13	adj
ficar	50	ver	proteção	13	nom
rio	48	nom	proteger	13	ver
só	46	adj	penha	13	nom
ver	42	ver	imaginar	13	ver
peessoa	39	nom	forma	13	nom
número	39	nom	culpa	13	nom
mesmo	39	adj	combate	13	nom
ano	39	nom	atendimento	13	nom
querer	38	ver	alerta	13	adj
mãe	37	nom	ajudar	13	ver
janeiro	37	nom	vitimar	12	ver
passar	35	ver	tornar	12	ver
apanhar	34	ver	psicológico	12	adj
trabalhar	33	ver	projeto	12	nom
noticiar	33	ver	nacional	12	adj
denúncia	32	nom	maior	12	adj
pai	31	nom	luta	12	nom
justificar	30	ver	ler	12	ver
agressor	30	nom	lembrar	12	ver
brasil	29	nom	importante	12	adj

<sup>13</sup> A partir do software LTweet.

pensar	27	ver	gênero	12	nom
defender	27	ver	filho	12	nom
cara	27	nom	criar	12	ver
acabar	27	ver	colocar	12	ver
vida	26	nom	chegar	12	ver
precisar	26	ver	acontecer	12	ver
dever	26	ver	vídeo	11	nom
coisa	26	nom	vir	11	ver
morrer	25	ver	subir	11	ver
lei	25	nom	semana	11	nom
causa	25	nom	seguir	11	ver
gente	24	nom	próprio	11	adj
dar	24	ver	prior	11	nom
direito	23	nom	possível	11	adj
vírus	22	nom	meio	11	nom
criança	22	nom	gratuito	11	adj
situação	21	nom	fome	11	nom
globo	21	nom	existir	11	ver
contar	21	ver	enfrentar	11	ver
apoio	21	nom	dado	11	nom
abuso	21	nom	conseguir	11	ver
público	20	adj	caralho	11	nom
período	20	nom	assassinato	11	nom
registrar	19	ver	agressão	11	nom
país	19	nom	viver	10	ver
negro	19	adj	sério	10	adj
mundo	19	nom	saúde	10	nom
medida	19	nom	realidade	10	nom
família	19	nom	razão	10	nom
falta	19	nom	programa	10	nom
vez	18	nom	polícia	10	nom
marido	18	nom	morte	10	nom
china	18	nom	medo	10	nom
achar	18	ver	matar	10	ver
pão	17	nom	graça	10	nom
presidente	17	nom	grande	10	adj
parar	17	ver	físico	10	adj
ouvir	17	ver	favor	10	nom
novo	17	adj	esperar	10	ver
ajuda	17	nom	enfrentamento	10	nom
sexual	16	adj	deus	10	nom
risco	16	nom	delegacia	10	nom
mata	16	nom	defensoria	10	nom
maria	16	nom	continuar	10	ver
governo	16	nom	contexto	10	nom
familiar	16	adj	briga	10	nom
estado	16	nom	brasileiro	10	adj
crime	16	nom	bater	10	ver
bom	16	adj	avô	10	nom

Com o termo ‘ativismo’ é utilizado o mesmo critério do termo anterior, resultando na seguinte amostra:

Tabela 3- Amostragem ‘ativismo’<sup>14</sup>

TERMO	MENÇÃO	CLASSE GRAMATICAL	TERMO	MENÇÃO	CLASSE GRAMATICAL
ativismo	235	nom	vida	14	nom
não	104	adv	uol	14	nom
twitter	75	nom	quando	14	adv
https	65	nom	política	14	nom
pic	41	nom	bbb	14	nom
mais	40	adv	ano	14	nom
falar	36	ver	judiciário	13	adj
judicial	33	adj	falta	13	nom
status	32	nom	tudo	12	adv
querer	30	ver	luta	12	nom
como	28	adv	lei	12	nom
parte	27	nom	legislar	12	ver
dar	26	ver	governar	12	ver
muito	25	adv	feminismo	12	nom
br	24	nom	branco	12	adj
dizer	23	ver	real	11	adj
ao	23	adv	ninguem_anyone	11	nom
só	22	adj	nada	11	adv
ver	21	ver	mídia	11	nom
peessoa	21	nom	marcela	11	nom
brasil	21	nom	lá	11	adv
social	20	adj	conseguir	11	ver
mulher	20	nom	ativista	11	adj
gente	20	nom	vez	10	nom
negro	19	adj	tomar	10	ver
esquerdo	19	adj	tentar	10	ver
bolsonaro	19	nom	stf	10	nom
dia	18	nom	já	10	adv
político	17	adj	grande	10	adj
mesmo	17	adj	ficar	10	ver
racismo	16	nom	bem	10	adv
rede	15	nom	achar	10	ver

<sup>14</sup> A partir do software LTweet.

Apresentada a metodologia utilizada e os dados recolhidos a partir da aplicação do LTweet, passaremos a seguir para a análise dos resultados encontrados, tendo como base todo o corpo teórico utilizado neste estudo.

## **4.1 Feminismo**

Optamos por começar com a análise ao termo ‘feminismo’, buscando compreender como esta palavra se cerca de determinadas expressões e ligações a outras palavras, para poder, assim, investigar a narrativa criada a partir do vocábulo selecionado, conforme demonstrado na Figura 1, abaixo.

O termo ‘feminismo’ é citado de várias formas e para melhor consubstanciar todo arcabouço simbólico a que está ligado, se viu a necessidade de ir direto para as ligações que ocorrem de forma mais forte com a terminologia analisada.

Figura 1- Similitude ‘Feminismo’<sup>15</sup>

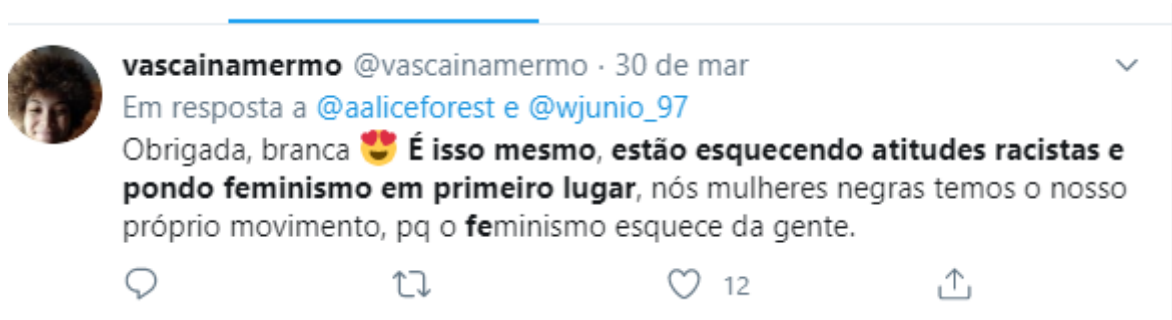
---

<sup>15</sup> A partir da aplicação do software Iramuteq.



Logo, muito se debateu sobre um feminismo seletivo, que protege as iguais, e continua a separar as tradicionalmente renegadas, mulheres pobres e mulheres negras, fruto de uma cultura escravocrata ainda forte no país, que faz com que o racismo estrutural apareça, até mesmo entre aqueles que defendem outros tipos de minorias. Desta forma, se notou a presença de *tweets* que questionavam a forma de militar de algumas mulheres, e como parte das mulheres eram invisibilizadas por um ativismo feito por e para mulheres brancas.

Figura 2 – Tweet “vascainamermo” sobre feminismo branco e feminismo negro.



O Twitter aparece então como local de reivindicação e se manifesta como um espaço para quem resolveu requerer respeito em todas as esferas, sendo sempre vigilante com os discursos e suas práticas, práticas estas que nem sempre condizem com as bandeiras de igualdade levantadas.

As redes sociais, porém, não tendem ter piedade em seus espaços, pelo que, postagens consideradas erradas recebem um considerável número de críticas. Com efeito, ações como linchamento virtual tomam conta desse espaço, visto que a tolerância, por parte dos/as usuários/as, aparenta ser bem menor, já que os filtros utilizados nas relações cotidianas nem sempre são utilizados nas redes sociais, quando se acaba verbalizando o que se pensa, algumas vezes com pouca ou nenhuma sensibilidade com usuário/as ou usuários/as atingidos pela mensagem divulgada.

Os perfis com temática feminista também aparecem com um importante papel nessa mobilização, visto que se tornam espaços para defesa de ações injustas, mesmo quando isso ocorre de uma mulher para outra mulher, algo ainda comum por conta do machismo estrutural muito presente em nossa sociedade.

Cientes desse papel ainda desigual entre homem e mulher, muitos *users* questionaram sobre o que leva mulheres a acolherem comportamentos machistas como normais, ou até mesmo, a serem mais tolerantes com erros masculinos do que com erros femininos. Lembramos aqui que Beauvoir (1970, p. 4) já falava sobre ‘recusa envergonhada da

feminilidade’, motivada pelo complexo de inferioridade, o que leva à naturalização de falhas masculinas e intolerância a falhas femininas.

Claro que podemos compreender como visivelmente o machismo estrutural se encontra enraizado nos/as usuários/as das redes sociais, que utilizam seu espaço de manifestação para, talvez, de forma inconsciente, verbalizar a educação machista que tiveram, que tolera erros dos homens, como se estes fossem totalmente passíveis de erro, enquanto que as mulheres tivessem que estar dentro de uma perfeição moldada para atender os anseios dessa sociedade ainda tão dominada por desejos e vontades masculinas.

O racismo estrutural também faz com que mulheres, teoricamente com um grau de consciência maior em relação à luta feminina, apresentem uma sensibilidade desigual quando se trata de mulheres negras. E este tipo de comportamento precisa ser, sim, combatido e questionado, até mesmo por se tratar de um grupo que já passa por diversos problemas sociais e de aceitação coletiva, que é o grupo de mulheres negras.

Não iremos nos aprofundar neste estudo sobre este tema, mas se torna necessário falar como o ativismo feminista negro é atuante nas redes sociais e como o termo ‘mulher negra’ é citado para defender e demonstrar que há subdivisões no feminismo, entre estas, um que sirva para atender uma gama de mulheres que é ainda mais prejudicada, tanto pelo machismo social quanto por uma cultura escravocrata ainda muito latente na sociedade brasileira, onde a mulher negra, por muito tempo, foi vista como ama, empregada e objeto de desejo e posse na mão dos seus senhores.

Outro termo muito ligado à palavra ‘feminismo’ foi o verbo **‘falar’** (e suas variantes). O que foi percebido porque muito se questionou sobre o falar sobre o feminismo, mas não praticar o feminismo.

Sendo um espaço de discussão, o Twitter permite que vejamos incoerências nos discursos, tanto nos atuais quanto nos discursos passados, afinal, não adianta querer acompanhar um termo pelo *hype* e não ter ações que vão de encontro com o que se publica, logo, é questionada a sensibilidade com o tema em um dia importante como o Dia Internacional da Mulher e a falta desta mesma sensibilidade nos demais dias.

Figura 3 – Tweet ‘Carol Mello’ sobre feminismo de efeméride.



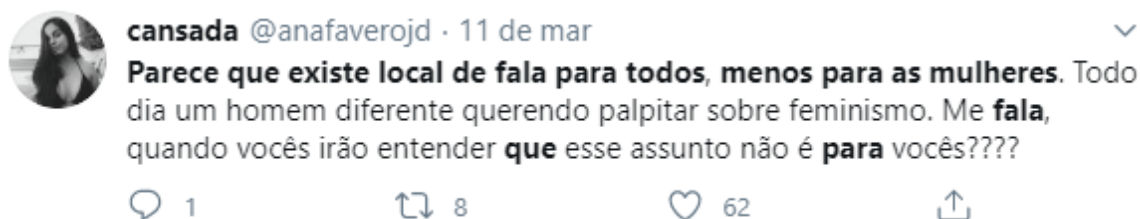
Principalmente em momentos que um tema está em voga, muito se questiona quem está por apoio ou quem está por ter virado ‘moda’ se apresentar como apoiante de uma causa.

Muito se indagou também sobre o lugar de fala, termo bastante discutido nessa rede no mês analisado, que muito se questionou esse lugar de cada um/a. Por exemplo, e principalmente, em situações de assédio e agressões sexuais sofridas por mulheres, são elas que precisam ser ouvidas. Assim, sendo delas o lugar de fala, cabe a elas falarem sobre como se sentem e como essas situações não podem ser normalizadas.

O lugar de fala é tema muito citado e muito recorrente. Vale lembrar que Salgado & Gatti (2018, p. 577) falam sobre empoderar o oprimido com uma simpatia incondicional, por isso, nossa compreensão de que ao reivindicar o lugar de fala não se deseja reprimir algum interlocutor, mas sim, que todos saibam o momento de calar para dar espaço para quem tem propriedade no assunto e poder ser ouvido, sem interrupções.

E é essa sensibilidade de não saber o momento de calar para dar o espaço para quem sente na pele os problemas encontrados no dia a dia, que leva à discussão nas redes sobre local de fala. Afinal, não adianta só participar de um assunto, se torna necessário dar a voz a quem é de direito. E quando se trata de situações ligadas às mulheres, é muito perceptível que alguns homens ainda se sentem no direito de falar, para se ‘protegerem’, ou então questionarem práticas feministas.

Figura 4 – Tweet ‘cansada’ sobre local de fala.



Encontrou-se também com frequência a menção ao termo ‘**branco**’, principalmente, pela compreensão de que o feminismo branco não abarca as necessidades de mulheres negras, ou dito de uma outra forma, feministas brancas foram consideradas separatistas, esquecendo ou ignorando necessidades de mulheres negras, praticando o que foi considerado feminismo seletivo.

Outro termo muito recorrente foi o ‘**machismo**’/‘machista’, muito citado por ser ainda um contexto comum quer online quer offline. Ao discutirem sobre casos de violência e discriminação femininas, muitas mulheres tendem a buscar desculpas para essas ações masculinas, tal como muitas outras demonstram desconforto com essa prática, afinal, se torna também necessário compreender que, estando em uma sociedade machista, nada mais habitual do que repetir ações que conduzem a ela.

Debater e buscar ações machistas em publicações ou até mesmo questionar ações machistas de pessoas que ganham destaque nas grandes mídias, o que se reflete nas redes sociais (ou vice-versa), faz com que se encontre um cenário ideal para desmistificar, ou pelo menos, tentar diminuir práticas comuns em redes sociais, como a comparação errônea entre machismo e feminismo.

Figura 5 – Tweet ‘PEDRO’ sobre feminismo vs machismo.



Vale lembrar que ações e palavras de delicadeza e educação são muitas vezes esquecidas: há muitos que, por estarem atrás de um perfil, sem necessariamente o verdadeiro nome, se sentem mais à vontade para desferir ofensas e desqualificações. Assim, muitas vezes se percebe que as pessoas se sentem mais livres para serem o que realmente são, pelo que, ofensas e práticas machistas (e/ou misóginas) são recorrentes, principalmente, quando assuntos como o feminismo ganham um lugar de destaque.

O machismo é real em nossa sociedade, reforçamos, e as redes sociais acabam por ser um espelho do corpo social que temos. Neste contexto, vale lembrar aqui Castells (2005) quando diz que a “internet desenvolve comportamentos, mas não os muda”, e publicações machistas e misóginas tornam bem claras o comportamento individual em um ambiente coletivo e virtual. A estranheza gerada muitas vezes se dá por se esperar que haja uma consciência real sobre as intempéries trazidas por condutas que ferem e afetam diretamente a vida de mulheres e pelo desejo sôfrego de uma mudança social.

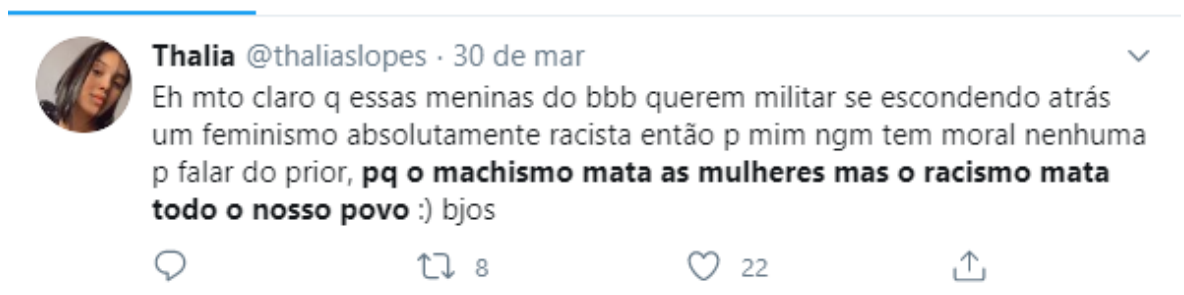
Há ainda a problemática, muito evidente nas redes, de uma grande tolerância com práticas que reduzem as mulheres, onde se buscam justificativas ou ainda o questionamento constante de sua palavra, tendo estas sempre que provar o seu papel, sua relevância e sua verdade.

E mesmo esta prática estando inserida nas redes sociais, o trabalho para modificar esses tipos de comportamentos se apresenta recorrente. É por isso que esta ferramenta de comunicação se manifesta como um espaço importante na luta feminista hoje, visto que precisa estar em todas as frentes para dirimir diferenças e combater “inverdades” que buscam sempre tornar a palavra feminina questionável.

O **‘racismo’**, como já comentamos anteriormente, também foi muito citado, e muito se questionou sobre como se pode lutar pelas mulheres e ignorar outras causas, como a luta contra a discriminação racial que é muito forte no Brasil.

É esperada uma consciência macro de quem luta ativamente por uma causa, mas o que se percebe nas postagens é que esta ainda é uma realidade distante, e que é cobrada, principalmente, por outros grupos ativistas, que, ao defenderem causas como por exemplo a racial e/ou a LGBTQ+, cobram a sensibilidade de quem defende uma bandeira por outras causas minoritárias que não podem ser ignoradas.

Figura 6 – Tweet ‘Thalia’ sobre machismo e racismo.



Houve ainda um grande debate do que era mais grave: o racismo ou o machismo, seara onde não entraremos neste estudo, mas que serve para demonstrar que a discussão provinda do Twitter acaba sendo um pouco mais densa levando a debates mais profundos sobre temas sociais relevantes, reafirmando assim, a importância dessa rede social.

Logicamente que é perceptível que em diversos aspectos existe uma cobrança bem maior por se tratar de postagens feitas de e para mulheres, e, sempre que possível, nuances e fraquezas são buscadas para que as ações possam assim ser questionadas.

Em toda a análise realizada, o que percebemos foi um grande incômodo sobre a segregação racial existente dentro do feminismo, e o combate a isto, afinal, ficou visível nos *tweets* analisados sobre o que se espera que militantes de causas feministas. Causam que lutam por uma igualdade de direitos e oportunidades não podem esquecer outros grupos que passam por situações iguais de desigualdade, ou ainda, ao defenderem as mulheres de uma forma muito genérica, esquecem que as problemáticas raciais e sociais tornam diferentes a realidade de muitas mulheres no país. É preciso então ter sensibilidade para compreender isso e buscar ações que atinjam as mulheres em suas diferentes realidades.

Vários outros termos encontrados, como ‘defender’, ‘entender’ e ‘usar’ foram mencionados para falar sobre essa seletividade encontrada em práticas feministas. Assim como o termo ‘passar’, mencionado várias vezes para utilizar o termo “passar o pano”, para dizer que se está encobrindo ou defendendo um defeito de alguém.

Há, então, muitas críticas ao fato de “passarem o pano” como forma de seletividade para defender quem achar conveniente (principalmente homens) sem, no entanto, corrigir e buscar uma modificação real do *status quo*, o que seria considerado o mais pertinente a ser feito.

Figura 7 – Tweet ‘PIÁ DA PONTO ÚTIL’ sobre expressão ‘passar o pano’.



Abordamos aqui alguns dos termos mais utilizados e encontrados com maior frequência quando se pesquisou sobre a palavra “feminismo”, que dão uma visão geral de como o termo é utilizado e como ocorre a defesa e enquadramento do feminismo nas redes sociais. Isso nos permite compreender ainda como o ativismo voltado para as mulheres se estrutura, não só trazendo informações ou dados sobre a mulher no mundo, mas muitas vezes com a difícil tarefa de desconstruir (pre)conceitos, normalidades anormais, apresentando a necessidade de uma avaliação individual para mudar o coletivo, demonstrando, essencialmente, a importância de unir vozes e forças para buscarem uma mudança social real para as mulheres.



Sabemos que há vários tipos de **ativismo**, afinal, há vários grupos minoritários que buscam igualdade de direitos. Entendemos, também, que há um debate sobre a importância ou necessidade da existência de movimentos ativistas, principalmente, após as últimas eleições presidenciais, que fortaleceram grupos de *haters*<sup>17</sup> (muitos deles ligados ao atual governo) que utilizam os espaços nas redes sociais para hostilizar usuários atuantes na busca por justiça social, por, teoricamente, ir de encontro a outras supostas virtudes sociais mais importantes, para aqueles anti-ativistas que se autointitulam ‘cidadãos de bem’.

Tendo sido o Twitter adotado pelo governo federal como uma ferramenta de comunicação extraoficial – alguns comunicados não são feitos via coletiva de imprensa, entrevistas, ou comunicado à imprensa, e sim, por meio de *posts* ou *lives*<sup>18</sup> nas redes sociais oficiais do presidente –, tendo-se tornado frequentes nessa rede atos e menções de apoiadores que se dizem contra o ativismo e/ou aos ativistas.

Os debates encontrados no Twitter se tornam recorrentes e relevantes, visto o papel das redes sociais digitais como a nova ágora, local de debates e questionamentos. Por esse motivo, a importância da discussão encontrada sobre o papel do ativismo, que tanto mobiliza e movimenta as redes sociais: levantando questões importantes para reflexões e, principalmente, uma mudança na sociedade.

Analisando a cadeia de palavras encontradas em nossa pesquisa pudemos chegar a algumas constatações sobre a forma como o ativismo foi citado ou visto no período analisado.

O termo ‘ativismo’ foi muito vinculado ao período político que se vive no Brasil de 2020, em que questionamentos a leis e até mesmo discursos antidemocráticos ganham espaço. Daí os termos ‘**judicial**’ e ‘**político**’ serem, igualmente, tão presentes.

Pode-se considerar que estes temas não têm ligação direta ao que está sendo tratado neste estudo, porém, é necessário pensar em um ambiente democrático e justo para que práticas ativistas possam ter seu espaço, principalmente, ativismos feministas em um país com alto índice de violência contra a mulher.

As críticas ao ativismo vêm muitas vezes ligadas ao fato de práticas ativistas serem veiculadas pelos usuários que criticam a palavra e o que ela significa, ou criticam a esquerda brasileira, usando, também, este termo ‘**esquerda**’ como algo negativo e

---

<sup>17</sup> Termo utilizado para classificar pessoas que postam comentários de ódio ou críticas sem muito critério.

<sup>18</sup> Apresentações ao vivo via rede social

nocivo, comportamento comum por parte de quem defende o governo atual. Um exemplo disso é:

Figura 9 – Tweet ‘#BolsonaroPresidenteAte2026’ sobre esquerda e ativismo.



Para os anti-ativistas, os ativistas são pessoas de esquerda, que querem dominar o país e estão em desacordo com o governo atual por não aceitarem a sua ascensão ao poder. Por isso, entendem os defensores do governo atual, os ‘ativistas de esquerda’ fazem ações na tentativa de prejudicar o atual presidente, o que se torna em um comportamento que, segundo este grupo de apoiantes, não pode ser aceito ou tolerado nas redes sociais.

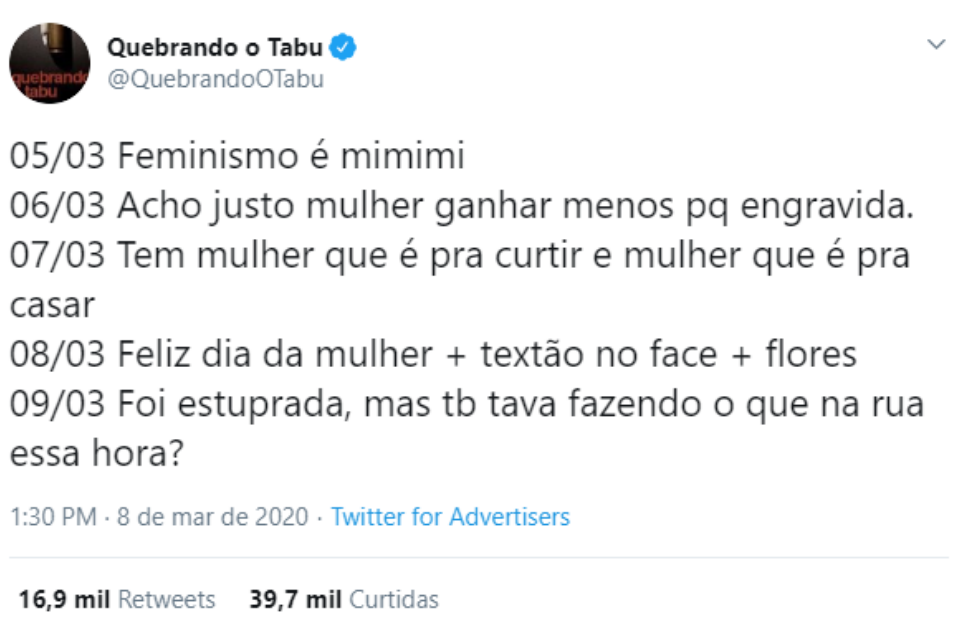
Deve-se lembrar ainda o cenário brasileiro neste março de 2020, quando a pandemia já começava a fazer as primeiras vítimas fatais, ao mesmo tempo, o mês era marcado também por manifestações (presenciais) antidemocráticas, realizada por apoiantes do atual presidente, e que pediam o fechamento do Superior Tribunal Federal e do Congresso Nacional, assim como uma intervenção militar (o que marcou o início da ditadura no Brasil, em 1964).

Muito se debatia nas redes sobre a importância de um ambiente democrático no país, criando certo desconforto e indignação por parte de opositores desse movimento (antidemocrático). Enquanto isso, grupos ligados ao governo atual pediam, inclusive, intervenção militar, visto ter-se estabelecido a ideia, entre estes apoiantes, de que o

Supremo Tribunal Federal trabalha contra o governo. E estes são alguns dos motivos para encontrarmos a presença constante dos termos ‘político’ e ‘judicial’, associados ao ativismo.

Quando o termo ‘mulher’ aparece junto com o termo ‘ativismo’, vemos geralmente menções sobre ativismo feminino no Dia Internacional da Mulher, data importante para os movimentos feministas no mês de março. Encontrou-se nesse momento uma certa indignação em um considerado ativismo de ocasião, onde só recorda de exaltar e defender a mulher em data comemorativa.

Figura 10 – Tweet ‘Quebrando o Tabu’ feminismo e ativismo de ocasião.



E isso parte de grupos que, já na batalha ativista, discordam de usuários que se manifestam nas redes sociais tendo como objetivo a busca de *likes*<sup>19</sup>, ou apenas para entrar no *hype*<sup>20</sup>, para que possa assim fazer parte de um movimento efêmero que chama atenção nas redes, vinculando sua imagem a causas sociais que possam aparentar positivamente a sua figura pública.

Compreende-se que o ativismo feminino busca consistência e, principalmente, práticas cotidianas. O ativismo feminino procura a constância de ações, por mudanças reais no dia a dia, e não apenas em uma data comemorativa.

<sup>19</sup> Curtidas de posts em redes sociais.

<sup>20</sup> Assunto do momento.

E isso se dá porque a luta do ativismo feminino é diária: mortes acontecem a todo o momento e é preciso combater práticas machistas que dizimam vidas femininas o tempo todo. Isso deve ocorrer independente do tema estar em voga ou não por conta de uma data especial (que no Brasil também virou uma data comemorativa comercial).

Outra especificidade que se percebeu foi a discussão ligada a um programa televisivo, já que o mês de março também foi pautado nas redes por um *reality show*, que foi protagonizado por mulheres, e que levantou o debate sobre o papel de participantes feministas como modelos de feminismo (ou não). O que se questionava era o papel de uma participante autointitulada como ativista feminista, ao se posicionar por outras mulheres apenas em alguns casos, de forma seletiva, e logo, se essa era uma referência a ser transmitida sobre o feminismo que tanto luta por sororidade.

Figura 11 – Tweet ‘irmã de Taubaté’ sobre feminismo seletivo.



E isso fica muito claro nos *tweets* que questionam o papel da mulher, enquanto declaradamente ativista, dentro de um *reality show*, que deve se posicionar por outras mulheres. Isso gerou grande repercussão por parte dos *tweets* analisados, que acreditavam que uma mulher feminista devia sempre optar por outra mulher, mesmo se isso significasse abrir mão de seu par romântico (visto a efemeridade de um *reality show*).



A violência doméstica pode apresentar vários tipos de agressores e agredidos, porém, a violência contra a mulher no contexto doméstico é algo ainda muito forte, e, até certo ponto, naturalizado na sociedade brasileira.

E em um momento de pandemia, onde o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, por meio do *disque 180* (central de atendimento à mulher em situação de violência) comprovou um aumento de casos de violência contra a mulher, o tema passa a ser bastante discutido e amplificado nas redes sociais digitais, no caso específico desse estudo, no Twitter.

A análise de similitude nos apresentou graficamente os termos separados, contudo, estavam interligados. O resultado já era antecipado, por tudo que já foi estudado no decorrer desse trabalho científico.

Porém, um dos motivos da grande utilização do termo '**violência doméstica**' nesse mês se deu por uma fala do presidente da república, que afirmou que o aumento da violência doméstica aconteceu porque, segundo ele, "em casa que falta pão todos brigam e ninguém tem razão"<sup>22</sup>. Frase essa muito citada e muito criticada nas redes sociais.

Para grande parcela dos usuários e usuárias do Twitter, dizer que a violência doméstica está unicamente ligada à crise econômica, ou que ninguém tem razão nos casos de violência durante a pandemia devido a possível falta do pão, soou irresponsável, ocasionando ainda a preocupação pelo entendimento de que a fala do presidente se deu como uma justificativa para a violência doméstica.

Este posicionamento levou a uma reflexão sobre representatividade de uma fala com este teor, partindo de um presidente da república, e que pode ser visto ainda como uma mensagem também para os agressores de que este comportamento é tolerável, sendo assim, uma atenuante para o aumento da violência nos lares, neste período de isolamento social.

Diminuir a luta real da violência contra a mulher a um único aspecto, e principalmente, justificar o injustificável, se apresenta como um desserviço em um período de crescente violência no país, principalmente, em um momento tão desfavorável em por diversos motivos, nomeadamente, saúde, economia, direitos sociais, etc.

---

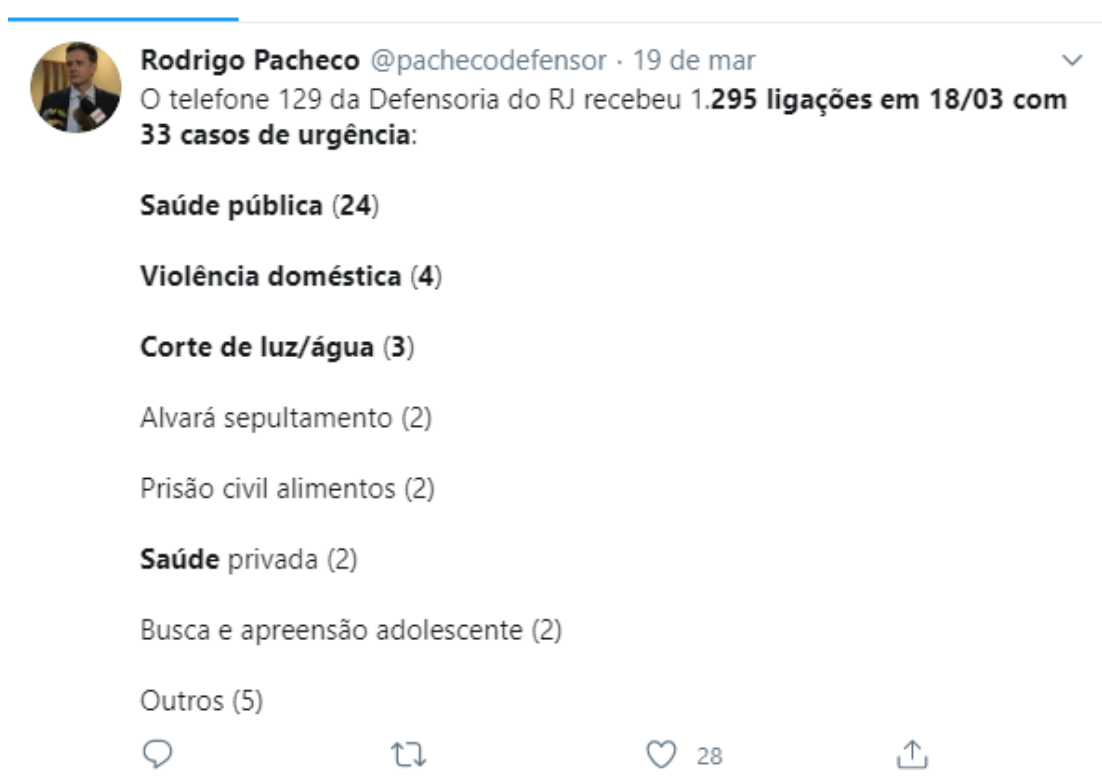
<sup>22</sup> Declaração dada pelo presidente da república, dia 29 de março, para jornalistas na entrada do Palácio da Alvorada.

Em todo o mundo, a economia passa por problemas graves devido à necessidade de um isolamento social abrupto, ocasionada por uma pandemia que ‘obriga’ as pessoas a ficarem em suas casas, correndo risco de quem infringir a regra ficar doente (ou ficar doente apesar de todos os cuidados tomados).

Consequentemente, um isolamento repentino e brusco aparece ainda como fator preponderante de problemas de saúde mental, além de tornar clara a vulnerabilidade social muito grande de grande parcela da população, o que deixou mais evidente a desigualdade no país.

O aumento de violência doméstica logo no início do isolamento social (o isolamento social no Brasil começou dia 17 de março) foi algo muito discutido: os números já traziam uma constatação alarmante, como foi divulgado no Twitter:

Figura 13 – Tweet ‘Rodrigo Pacheco’ sobre ligações de número de emergência.



**Rodrigo Pacheco** @pachecodefensor · 19 de mar

O telefone 129 da Defensoria do RJ recebeu **1.295 ligações em 18/03 com 33 casos de urgência:**

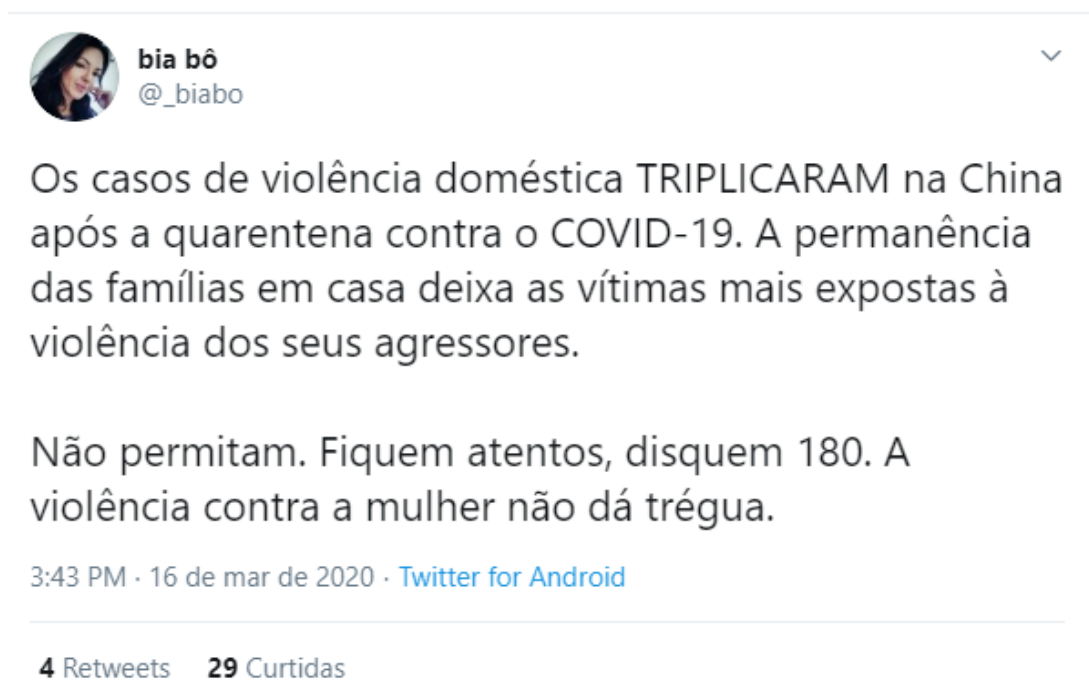
- Saúde pública (24)**
- Violência doméstica (4)**
- Corte de luz/água (3)**
- Alvará sepultamento (2)
- Prisão civil alimentos (2)
- Saúde privada (2)**
- Busca e apreensão adolescente (2)
- Outros (5)

28

A violência contra a mulher se tornou mais evidente no período da pandemia, tanto que foi dada uma atenção maior a esse problema e houve uma movimentação maior entre os/as usuários/as sobre a atenção aos sinais que familiares e vizinhos passavam,

havendo, assim, uma mobilização real na rede para ajudar mulheres vítimas de violência por parte dos seus companheiros.

Figura 14 – Tweet ‘bia bô’ sobre quarentena e casos de violência doméstica.



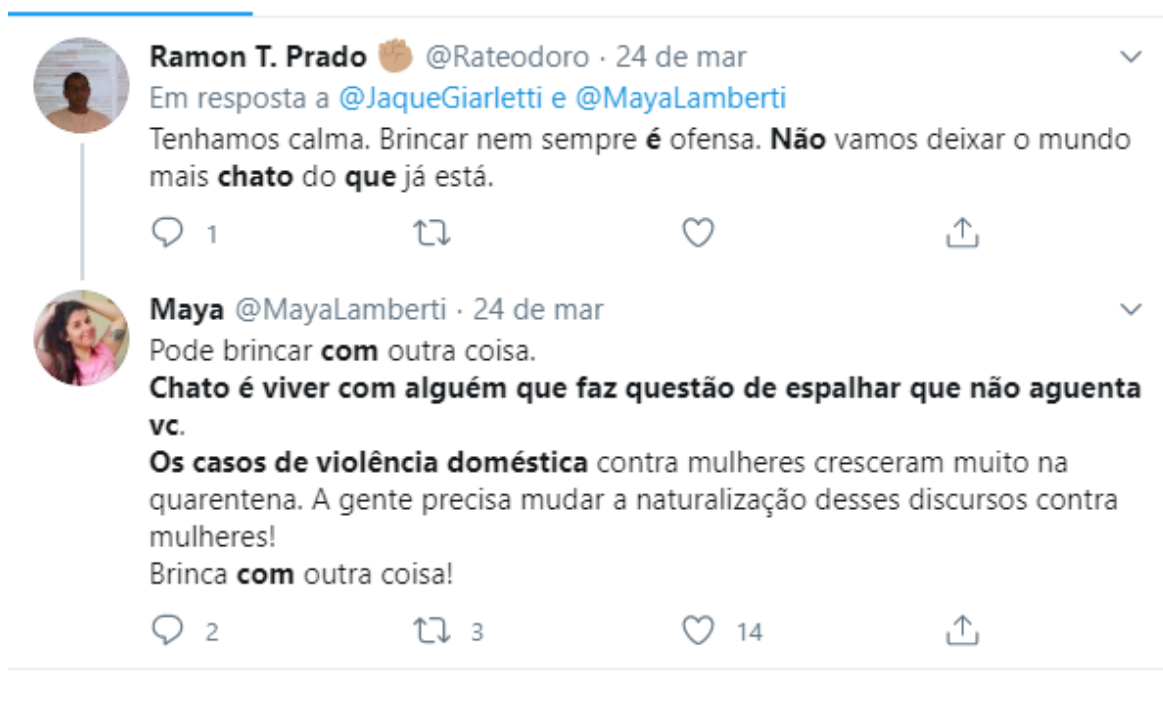
O *tweet* acima mencionado foi para ilustrar como de forma real a rede se mobilizou em torno de um dado alarmante, concreto, e como os/as usuários/as viram a necessidade de divulgar amplamente ações de cuidado e combate à violência contra a mulher e fazer com que estas ações fossem amplamente compartilhadas.

Esse movimento mostra claramente a forma como o ativismo pelas redes sociais se tornou importante, e estando em uma época de isolamento social, a melhor forma de se mobilizar, atualmente, se dá por meio da mídia social digital. São, portanto, as redes sociais digitais que aparecem como ferramenta importante nesse processo de proteção às mulheres que se encontram expostas a esse tipo de violência, e atuam de forma mais intensa ainda nesse período de pandemia.

Houve ainda menção ao período de luta que o mês representa, por ser mundialmente o dia da mulher, e os *users* lembraram que diversos países se encontravam nesse processo de fortalecimento de proteção à mulher, e que, apesar de ter um dia que discuta e questione a violência contra a mulher, esta ainda é muito real no país.

As reflexões nesse sentido são importantes, visto que demonstram que não se está acomodado com a situação existente, e que ainda há vozes a serem ouvidas, onde mulheres buscam cada vez mais usar o seu lugar de fala para lutar pela desnaturalização de situações que não podem mais ser toleradas.

Figura 15 – Tweets ‘Ramon T. Prado’ e ‘Maya’ seriedade da violência doméstica na quarentena.



Ter uma rede social como espaço de mobilização permite que, mesmo com todas as fragilidades existentes, no que se refere ao acesso digital no Brasil, se tenha um alcance importante para a divulgação de informações que combatem o ciclo de violência contra a mulher existente no país hoje.

O termo ‘**mulher**’ aparece então como um termo forte vinculado ao tema, visto que são as mulheres que aparecem como maiores vítimas desse tipo de violência, o que confirma que a desigualdade de gênero é ainda muito grande no Brasil, acarretando uma quantidade de dados relevantes, tanto de violência física, como de feminicídio.

A menção a palavra mulher e sua variação **mulheres** se dedicam a lembrar que são as mulheres as maiores vítimas da violência doméstica no país e são elas que, ao conviverem com seus algozes, ainda são questionadas sobre a parcela de culpa pela

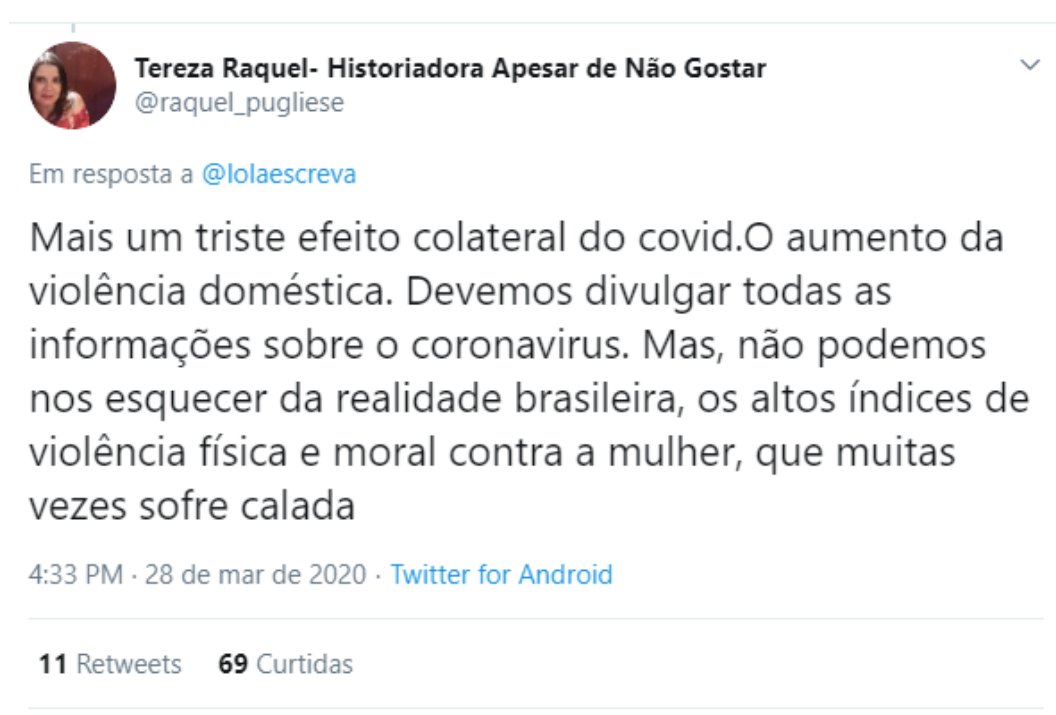
violência sofrida. Situação sempre combatida na tentativa de mudar esse pensamento, muito machista, que sempre quer passar a culpa do agressor para a agredida.

Isso nos leva a outro termo forte ligado ao corpus da violência doméstica. Sendo o aumento da violência notado sensivelmente com as medidas de isolamento realizadas para conter a curva de crescimento da pandemia no país, outro termo muito encontrado nos *tweets* de violência doméstica foi **‘quarentena’**.

Como visto no material analisado, este período foi – e é – marcado por grande dificuldade para toda a sociedade, que, abruptamente, teve que pausar suas atividades fora de casa. Mas, para as mulheres em situação de violência, o isolamento se tornou ainda mais penoso, já que a convivência com seu agressor foi intensificada.

Muito se falou, então, sobre não esquecer das mulheres que estavam passando mais tempo com o seu agressor, e que o momento de saúde pública não poderia tornar esquecida a violência sofrida por muitas mulheres, que teve um aumento nesse período.

Figura 16 – Tweet ‘Tereza Raquel’ sobre aumento da violência doméstica em isolamento social.



Os *tweets* analisados demonstram que a pandemia ocasionada pelo covid-19 (o novo coronavírus) é apenas um dos problemas encontrados pela mulher brasileira, e a preocupação é real sobre o aumento de casos de violência doméstica. Há uma comoção

coletiva, visto que é uma situação de difícil acesso em muitos casos, o que pode levar muitas mulheres à morte.

Pode-se imaginar que só falar em uma rede social é pouco, mas mobilizações como essas são muito importantes. Podemos lembrar aqui de Bauman (1999, p.26) ao falar que “a informação flui independente de seus portadores”, logo, os discursos de defesa contra violências sofridas ganham força na rede e conseguem ressoar fora delas, podendo inclusive chamar a atenção da mídia tradicional, ou até mesmo gerar debates dentro e fora das redes de forma a tentar sensibilizar a sociedade sobre o dano causado pelo ciclo de agressão que tem, na esmagadora maioria das vezes, a mulher como vítima.

E é a partir de uma mobilização efetiva que se torna possível ver ações reais no combate à violência contra a mulher. Um exemplo que apresentamos foi a ação tão elogiada no Twitter, protagonizada por uma rede de lojas que disponibilizou em seu aplicativo de compras uma opção de botão para denunciar a violência doméstica para quem estivesse confinada com seu agressor e tivesse impedida de realizar uma denúncia de outra forma.

São ações como essa que demonstram que a ressonância causada por vozes coletivas pode ocasionar iniciativas boas, vindas de diversos locais, tendo como objetivo principal combater situações de violência contra a mulher.

Termos como ‘isolamento’, ‘confinamento’, ‘período’, ‘crescer’, ‘pandemia’, também podem ser facilmente notados; vocábulos que também estão interligados com o momento de saúde pelo qual o mundo passa e que diretamente se mostra como um problema dentro de uma análise situacional de violência contra a mulher, não somente no Brasil, mas aqui, especialmente, por fatores culturais e políticos, que, de forma direta ou indireta, reafirmam o papel mais fragilizado da mulher dentro da sociedade.

## 4.4 Discussão de resultados

Ao verificarmos o papel das redes sociais em práticas ativistas, percebemos como a discussão pode ser muito maior e mais problematizadora até mesmo do que imaginávamos. Os/As usuários/as do Twitter vão muito além de problemas pontuais e buscam mesmo criar debates que possam combater a raiz do problema, notado em situações cotidianas.

Verificamos em nossa pesquisa que havia termos em comum aos três temas analisados, e, mesmo tendo abordagens diferentes, atuavam majoritariamente por levantar a bandeira da proteção da mulher e o respeito pela sua vida e pelos seus direitos garantidos por lei.

Vimos também que, enquanto os termos ‘feminismo’ e ‘ativismo’ ficaram mais ligados a situações que ocorriam em um *reality show*, o termo ‘violência doméstica’ foi para uma outra direção, sendo muito utilizado para questionar situações ocorridas no período da pandemia.

Nos dois casos é o machismo estrutural o fator principal das problemáticas demonstradas, que perpetua discursos e práticas, muitas vezes normalizados e nem percebidos no dia a dia, porém, capazes de tolerar a mulher sendo vítima ou até mesmo romantizar alguns tipos de agressões sofridas. O machismo é o responsável pelas situações de violência, em suas diversas maneiras, vivido pelas mulheres.

Podemos considerar aqui que se tratam, então, de causas e consequências, e não podemos tolerar as consequências causadas pelo machismo que agride de tantas maneiras e mata mulheres todos os dias. Contudo, não podemos de forma alguma esquecer que somente uma mudança cultural forte pode transformar a sociedade de hoje e do futuro, para que situações de violência contra a mulher deixem de ser consideradas normais.

É correto afirmar que os temas analisados e as suas ilustrações, mesmo que indiretamente, estão conectadas, prova disso é a repetição de termos nas análises. E essa interligação se dá porque o ativismo voltado para a mulher busca sempre utilizar seus espaços para expor a realidade e cobrar por mudanças.

Isso nos leva a crer que a forma de ver o feminismo e de combater práticas machistas e misóginas não pode ter ‘porém’ ou ‘nesse caso’ nas propostas e nas ações. Todos os

casos devem ser questionados, ou seja, não existe ‘porém’ quando a vida de uma mulher está em jogo.

A sororidade, tão falada em redes sociais e rodas de conversas femininas, precisa ser utilizada na prática, sem questionamentos sobre a vítima; ela precisa existir independente de quem precisa ser corrigido, tem que ser ativa, principalmente, quando se questionam a fala ou o comportamento feminino, como é notório a partir da análise efetuada.

O ativismo não pode ser seletivo, ele precisa abarcar todas as mulheres, independente de raça, credo, condição social. Ele precisa ser atuante para todos/as, e é esse foco de quem ainda combate falas femininas que diminuem outras mulheres.

Ficou perceptível, no entanto, não por uma seletividade, mas por haver múltiplas realidades no Brasil, que há modalidades dentro do ativismo feminino. Ora, o ativismo feminista negro ganha força e voz com mulheres como Djamila Ribeiro, Winie Bueno, Taís Araújo, que buscam usar a sua grande quantidade de seguidores nas redes sociais digitais para defender uma grande parcela que ainda se encontra dentro das minorias e que possui seus direitos mais ignorados ainda. Esta é uma parcela de mulheres que, às vezes, ou vezes demais, é esquecida dentro de um feminismo moldado por mulheres em situações mais confortáveis e que ainda não compreendem a realidade da maior parte das mulheres negras no Brasil.

Se para a mulher branca a sociedade já pode ser dura, fica claro na análise dos *tweets* que, para a mulher negra, o fardo é muito maior, afinal, ela ainda tem o peso do racismo muito forte no país, que tenta invisibilizá-la. Não há como não compreender a importância do ativismo que luta pela mulher negra: estamos em um país com desigualdades incontestáveis contra a parcela da população negra que é tão esquecida e tão injustiçada.

Logo, podemos dizer que cabe ao ativismo um papel educativo, mudando conceitos, para que assim seja possível desmistificar e então empoderar. E é esse o papel do ativismo feminista: empoderar a mulher, fazendo-a se sentir realmente importante para ser a dona de sua própria vida, independente do que tenha sido dito ao longo dos anos.

Esse é, também, um dos caminhos para a diminuição da violência doméstica: tirar esse peso de inferioridade e de julgamentos que a mulher tem que levar durante a vida. E com a análise desse termo (violência doméstica) chegamos a uma triste constatação, de que há muito a ser feito, muito mais do que podíamos colocar como hipótese.

A análise também expõe as diferenças de gênero que são ainda muito profundas e deixam as mulheres injustiçadas, diminuídas, já que muitos ainda a consideram como objeto de posse. Pior ainda: muitas delas não possuem uma chance para tentar viver por culpa de uma cultura tão arraigada na sociedade de que os homens possuem privilégios em relação as mulheres.

E em uma época tão estranha como esta que estamos passando, que percebemos que a realidade cotidiana da violência doméstica não diminui, e ainda há muito a ser feito. É uma luta para gerações, uma luta também de educação, para fazer com que a mulher seja aquilo que ela quer ser, que esteja no lugar que ela sentir vontade de estar, mesmo que isso fuja de padrões ditados por homens e pela sociedade patriarcal e machista.

Discursos que perpetuam a ideia de normalidade em relação à violência contra a mulher foram e devem sempre ser rechaçados por todos (homens e mulheres). Não se pode aceitar que qualquer homem tente justificar o injustificável: não pertence ao homem o corpo da mulher, não é dele a sua vida, ele não tem direito de impor castigos e não é a ele que esta tem que satisfazer.

E é por meio de práticas ativistas, que utilizam as redes sociais, ferramentas importantes na divulgação de ações e campanhas, que se torna possível ver alguma mudança social, por mais que seja lenta. Afinal, é necessário conscientizar alguns homens e algumas mulheres de que há um machismo intrínseco, e, com isso, desencadear os comportamentos de mudança.

Lembramos, ainda que, em um momento em que aglomerar não é recomendado, os posts, as *hashtags* e a força de redes sociais devem ser utilizadas a serviço de um bem coletivo, para o fim de uma desigualdade histórica; e tudo que foi analisado nos permite ver que este está sendo o papel do Twitter como espaço de discussão e mobilização e ferramenta do ativismo realizado por meio online.

O Twitter demonstrou de uma forma bem clara que esse momento nos move para uma outra realidade, de forma lenta, porém, acreditamos no efeito que estas práticas podem ter em um momento futuro, onde todas as mulheres poderão viver com dignidade e respeito.



## 5. Conclusões

A forma como a mulher foi e muitas vezes ainda é vista pela sociedade, reflete na forma como esta é tratada. E estando nós em uma sociedade que ainda diminui a mulher e a vê, muitas vezes, como mera espectadora de uma sociedade feita de homens a para homens, o protagonismo masculino traz junto a si uma herança cultural forte de poder e posse sobre as mulheres.

O que se percebe é que os homens ditam as regras quando se referem as relações sociais que as mulheres estão envolvidas, e estas estão em constante luta para que seu reconhecimento e valor sejam considerados, seja no campo familiar, no profissional, no financeiro (quando pensamos em desigualdade salarial), no amoroso e no campo humano, de poder ser mulher, sem precisar ouvir questionamento à sua forma de viver ou se relacionar com o mundo.

Percorremos ao longo desse estudo contextos sociais e históricos para compreender como chegamos aqui, nessa realidade, tanto no que se refere à forma secundária como a mulher tipicamente é vista, tanto como sobre como as lutas feministas ganharam corpo e espaço e, principalmente, trazendo mudanças reais no decorrer dos tempos. Nossa base teórica, no que se refere ao campo do feminismo, Simone de Beauvoir (1970) muito ajudou a compreender o eu feminino a partir das adversidades trazidas com o gênero.

Ao trabalharmos o ativismo como uma prática que defende a mudança de realidades desiguais percebemos que o seu local é onde os interlocutores estiverem. Nesse processo interativo necessário para modificar a vidas e realidades, neste momento contemporâneo, as redes sociais digitais também compõem esse espaço, logo, nada mais justo e necessário do que o ativismo também ganhar espaço no campo online.

E ao se consolidarem nesse espaço virtual, as práticas ativistas ganharam força e voz, logo, o ativismo online passou a ser uma realidade dentro das redes sociais digitais, e a movimentação sobre temas sensíveis na sociedade começam a transitar junto com o posicionamento dos grupos ativistas.

Ao falarmos especificamente do ativismo feminista, precisamos falar também sobre os assuntos que estão interligados, como a violência doméstica, o feminicídio, a vulnerabilidade feminina em um país que mesmo tendo leis específicas para a sua defesa ainda não possui a consciência necessária para o cumprimento e respeito das mesmas.

Nota-se, então, uma indignação coletiva pela penalização sofrida pelas mulheres pela questão de gênero e um desejo por aniquilar as injustiças que fazem a cada dia mulheres vítimas de uma sociedade machista.

A forma que o ativismo ocorrido por meio das redes encontra de reagir a esse processo que vitimiza mulheres todos os dias no país é trabalhar a desconstrução de conceitos e falas ainda tão comuns na sociedade e que são reproduzidas nas redes sociais. Está claro, e isso se faz por meio de um esforço coletivo, realizado por pessoas que são ligadas por interesses em comum.

Percebemos em nosso estudo que as práticas ativistas estão cada vez mais presentes entre as usuárias da rede social estudada, que não esperam por movimentos organizados para se pronunciar, por isso, utilizam de seus espaços individuais em uma rede social pública e aberta, pois há uma urgência em combater falas e posicionamentos que ferem a integridade da vida feminina.

A violência contra a mulher é ainda muito forte e as mortes ocorridas frequentemente levam a uma vontade coletiva de mudar esse cenário, de não aceitar mais a normalização da violência frequentemente publicada, que faz de cada vítima apenas um número nos índices de violência contra a mulher.

Há ainda um cenário local tanto no que se refere a questões políticas, quanto há ainda o cenário mundial de saúde pública, que aparecem como outras variáveis para o problema de violência contra a mulher no Brasil (que já conta com a cultura machista muito profunda na sociedade).

Em relação ao objetivo proposto nesse estudo, consideramos que o estudo cumpriu o seu objetivo, que era de investigar o ativismo online como ferramenta para mobilização e sensibilização da violência contra a mulher no Brasil, o que foi realizado e averiguado por meio das ferramentas metodológicas utilizadas.

O resultado dessa investigação permitiu compreender que por meio de *tweets*, *retweets*, *hashtags* e palavras-chave, as práticas ativistas mobilizam as redes em busca de romper discursos que perpetuam a cultura machistas no país. E o resultado disso é uma participação ativa na desconstrução de práticas machistas por meio de contestação de discursos que perpetuam a diminuição da mulher e normalizam práticas de violência por esta sofridas.

Porém, verificou-se ainda a preocupação e a luta por uma parcela de mulheres, que, por uma questão racial, não se vê representada, sendo este um novo problema de

pesquisa a ser considerado. Logo, há de se pensar a forma como o ativismo feminino negro se percebe dentro desse contexto de luta do movimento macro, e foi perceptível a sensação de exclusão, já que as mulheres negras não veem suas problemáticas envolvidas nos movimentos tradicionais feministas, que segundo a análise realizada, é considerada pelas feministas negras como um movimento constituído por mulheres brancas que não conhecem a realidade de discriminação e preconceitos que a mulher negra sofre diariamente.

Sobre as fragilidades dessa pesquisa, elas se verificam por não se aprofundar sobre o ativismo feminista negro, tão citado e recorrente em nosso estudo empírico. Há ainda o fato de tratarmos sobre o tema de forma geral, mas que mesmo nesse formato, atende apenas um parcela das mulheres, as cisgênero, deixando de fora as mulheres transgênero, que também sofrem com a violência, porém, ainda não conseguiram se estabelecer e ganhar voz e, principalmente, defesa, junto às mulheres cis.

Essas mesmas temáticas aparecem como possibilidades para futuras investigações, já que tanto os paralelos feminismo branco x feminismo negro, quanto feminismo cis x feminismo trans podem ser utilizados em estudos comparativos no futuro.

Finalizamos reforçando que os resultados encontrados na pesquisa demonstram a força de um ativismo online, que utiliza as redes sociais digitais, especificamente neste estudo o Twitter, como ferramenta, tanto para movimentos organizados, como, e principalmente, como foi notado neste estudo, para usuários/as que de forma individual militam para criar uma sociedade mais justa e um ambiente dentro e fora das redes mais digno para as mulheres.



## 7. Bibliografia

Almeida, H. B. (2016). Novos feminismos e a luta pelo direito das mulheres. Em C. Rodrigues, L. Borges, & T. R. Ramos, Problemas de gênero (pp. 27-34). Rio de Janeiro: Funarte.

Assis, M. S. (2003). A tese da legítima defesa da honra em crimes passionais: da ascensão ao desprestígio. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.

Barriga, A. (2017). Sobre a ausência de pluralismo nos média: como observar a invisibilidade do debate político nos novos média? Em A. Moreira, E. Araujo, & H. Sousa, Comunicação e Política:s( (pp. 21-43). Braga: CECS.

Cássia Ayres y Isabel Babo, « Espaço público e ativismo em rede: o caso Maka Angola », Communication, technologies et développement [En línea], 6 | 2018, Publicado el 18 diciembre 2018, consultado el 23 junio 2020. URL: <http://journals.openedition.org/ctd/664>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ctd.664>

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (1999). Globalização: As conseqüências humanas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor

Barros, B. M. (jul/dez de 2018). Autocomunicação e contrapoder: a arquitetura das tic como instrumentos de difusão informativa e o impacto na agenda política. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, 4(2), 22-43.

Barufaldi, L. A., Souto, R. M., Correia, R. S., Montenegro, M. d., Pinto, I. V., Silva, M. M., & Lima, C. M. (2017). Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. Ciência & Saúde Coletiva, 29(29-2938).

Beauvoir, S. d. (1970). O segundo sexo: fatos e mitos (4ª ed.). Difusão europeia do livro.

Blay, E. A. (2014). Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado. Em E. A. Blay, *Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 13-28). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

Bunn, M. C. (2012). *Rede como lugar de potência: o CFEMEA e as práticas políticas mediáticas*. São Luis: Edição do autor.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira .

Caetano, A. M., Castro, M. L., & Rezende, M. A. (set/dez de 2019). Entre o ativismo on e off-line: o Busão da Comunidade conquista o espaço urbano. *Cadernos Metrópole*, 21(46), 741-762. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4603>

Cardoso, G. (2011.). *Da Comunicação em Massa à Comunicação em Rede: Modelos Comunicacionais e a Sociedade de Informação*. Portal da Comunicação InCom-UAB · Lições do portal. Acesso em 01 de outubro de 2019, disponível em [http://portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51\\_por.pdf](http://portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51_por.pdf)

Cardoso, Isabela; Vieira, Viviane. (2014). A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 69-85.

Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Campos, L. M., Gomes, N. P., Cunha, K. S., Virgens, I. d., & Erdmann, A. L. (2019). Contexto da Violência Conjugal em tempos de Maria da Penha: um estudo em grounded theory. *Cogitare Enferm*. Acesso em 27 de setembro de 2019, disponível em <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v24i0.59431>

Castells, M. (2003). *Internet e sociedade em rede*. Em D. Moraes, *Por uma outra comunicação* (pp. 255-287). Rio de Janeiro: Editora Rercord.

Castells, M. (2019). *A sociedade em rede* (20<sup>a</sup> ed.). São Paulo: terra e paz.

Castells, M. (2019). *O poder da comunicação* (3<sup>a</sup> ed.). (V. L. Joscelyne, Trad.) São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cerruti, M. Q., & Rosa, M. D. (dezembro de 2008). Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-Estar e subjetividade*, 1047-1076.

Costa, M. C.; Lopes, M.J.; Soares, J. S. (jan-mar de 2015). Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem* 19(1), 162-168.

Deegan, D. (2001). *Managing Activism: a Guide to Dealing With Activists and Pressure Groups*. London: CIPR (Chartered Institute of public relations).

Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*, 49-71.

Di Felice, M., Pereira, E., & Roza, E. (2017). *Net Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas: Papirus.

Dieminger, C. C., & Oliveira, R. S. (2015). Protagonismo Ascendente: o ativismo online nas lutas feministas. *Derecho y cambio social*, 1-18. Acesso em 26 de novembro de 2019

Duarte, C. L. (2010). *Nísia Floresta*. Recife: Editora Massangana

Dutra, D. C. (jan/jun de 2018). Ciberdemocracia: A Internet Como Ágora Digital. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 134-166. Fonte: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.11.134-166>

Facchini, R., & Ferreira, C. B. (jul/set de 2016). *Feminismos e Violência de Gênero no Brasil: apontamentos para o debate*. *Ciência e Cultura on line version*.

Felgueiras, A. C. (maio de 2017). Breve Panorama histórico do movimento feminista brasileira. Das sufragistas ao ciberfeminismo. *Revista Digital Simonsen*, 106-121.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. (M. T. Albuquerque, & J. A. Albuquerque, Trans.) Rio de Janeiro: Graal.

Gadini, S. L. (2018). O papel do Twitter no agendamento jornalístico em mídia regional no Paraná. *Novos Olhares*, 7(2), 64-77. doi: 10.11606/issn.2238-7714.no.2018.14914

Grohmann, R., & Souza, L. S. (2014). A midiaticização das jornadas de junho: o consumo na rede. *Ciberlegenda*, 134-143. doi:105327/Z1519-0617201400020012

Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 256-266.

Han, B.-C. (2018). *No enxame: perspectivas do digital*. (L. Machado, Trad.) Petropolis: Vozes.

Instituto Patrícia Galvão. (07 de 10 de 2019). Dossiê Femicídio. Fonte: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP.

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei 13.104, de 9 de março de 2015. (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF: Presidência da República.

Levy, P. (1996). *O que é virtual?* (P. Neves, Trad.) São Paulo: Ed. 34.

Levy, P. (2017). A esfera pública do século XXI. Em M. Di Felice, E. Roza, & E. Pereira, *Net-ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação* (pp. 41-57). Campinas: Papirus.

Lima, G. (2012). *A publicidade do terceiro setor nas redes sociais digitais: o contrato de comunicação bidirecional*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pernambuco. Recife, PE, Brasil.

López, M. M., Conde, M. J., & Santamaría, C. S. (2015). Presencia y protagonismo de twitter en los medios de comunicación. *Constelações do Ativismo em rede: Livro de Atas do II Congresso Internacional de Net-Ativismo* (pp. 22-36). Porto: Edições Universitárias Lusófonas.

MacLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.

Magalhães, M. (2018). *Net-Ativismo Protestos E subversões nas redes sociais digitais*. Lisboa: Livros Icnova.

Magalhães, M. (2019). Net-ativismo e política na era do big data. Em B. Polivanov, W. Araújo, C. C. Oliveira, & T. Silva, *Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data* (pp. 359-381). São Paulo: Intercom.

Malini, F., Antoun, H. (2013). *A internet e a rua - Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

Mafessoli, M.; Martins, M. (2012). *Ciberculturas*. RCL (2012) 42: 41-52.

Marques, M. S. (2011). *Da era industrial para a comunicação mediada por computador - comunicação baseada em 3Ps: Portátil, Participativa e Personalizada*. 1º Encontro de GT's Comunicon. São Paulo.

Martins, M. S., & Nunes, M. V. (jul./dez. de 2019). Ciberativismo aliado ao movimento feminista: uma análise da experiência do aplicativo penhaS. *Mediação*, 22(29), 111-130.

Mill, J. S. (2017). *Sobre a liberdade / A sujeição das mulheres*. Companhia das letras.

Moraes, L. Q. (1996). *Vinte Anos de Feminismo*. Campinas.

Moraes, Dênis de. (2001). *O ativismo digital*. Brasil.

Oliveira, J., Oliveira, P., Cortês, G. R., & Silva, A. R. (jan./abr. de 2019). Mulheres e lugar de fala: caminhos percorridos. *Conci: convergência em ciências da comunicação*, 2(1), 23-41.

Paz, A. A. (2017). Comunicação em Rede a partir dos conceitos: participação significativa, autonomia ampliada e autocomunicação de massas. Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídia e direitos da sociedade em rede, (pp. 1-14). Santa Maria.

Paz, T. S., & Rodrigues, E. S. (2019). Ativismo em rede e pedagogia decolonial articulados por mulheres negras no youtube. Revista Teias, 20, 22-39.

Paz, T., Sales, C., Santos, N., & Junqueira, E. (2016). Processos formativos de um mídia ninja e as novas narrativas do ativismo no contexto da cibercultura. Holos, 4, 369-382.

Pereira, M. (2010). Da massificação à Individualização da comunicação. In A. S. Silva, J. C. Martins, L. Magalhães, M. Gonçalves, Comunicação, Cognição e Media. Ed. Aletheia.

Petrucci, G. (maio 2018). Lei do Femicídio e reconhecimento: Discussão crítica em torno dosremédios afirmativos para a violência de gênero. Estudos em Comunicação, 26 (1), 311-322.

Porto-Renó D., V. A., Moraes-Gonçalves, E., & Gosciola, V. (dezembro de 2011). Narrativas transmídia: diversidade social, discursiva e comunicacional. Palavra Clave, 14(2), 201-215.

Primo, A. (agosto de 2007). O aspecto relacional das interações na Web 2.0. XXIX Intercom. Brasília. Fonte: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/153/154>.

Puntel, T. J. (2013). Novas dimensões na comunicação global: O ativismo digital como propulsor de movimentos sociais e o caso da primavera árabe. Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direito da sociedade em rede. Santa Maria, 04-06 de junho/2013. (pp.568 - 561) ISSN 2238-9121.

Ramaldes, D. M. (2009). Twtosfera: a expansão da ágora digital e seus efeitos no universo político. Anais do III Congresso da Associação Brasileira de pesquisadores em Comunicação e Política. São Paulo.

Reis, J. S. (2017). Feminismo por hastags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, (pp. 1-13). Florianópolis.

Recuero, R., Zago, G., & Soares, F. (2017). Mídia Social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. XXVI Encontro Anual da Compós, (pp. 1-27). São Paulo

Rizotto, C. C., Meyer, N., & Sousa, F. C. (agosto de 2017). Ativismo digital: uma análise da repercursão de campanhas feministas na internet. Rizoma, 5(1), 124-147. Acesso em 29 de fevereiro de 2020

Rocha, C.R.; Keske, H.A. (jan/jun 2018). A importância da luta dos movimentos feministas no Desenvolvimento da tipificação do feminicídio e na busca por Igualdade entre os gêneros. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. 4 ( 1), p. 80 – 98.

Rudiger, F. (2007). Introdução às teorias da cibercultura (2ª ed.). Porto Alegre: Editora Sulina.

Rubim, G.; Marques, D. (jul/dez 2016). A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. 2 ( 2), 1 - 18

Sá, S. (2017). A autocomunicação de massa e a permeabilidade do jornalismo televisivo. Em P. Serra, & S. Sá, Televisão e Novos Meios (pp. 69-94). Covilhã: LabCom.IFP Books.

Salgado, L. S., & Gatti, M. A. (2018). Considerações sobre o sintagma “lugar de fala”: um operador de vozes empoderadas? Discurs&Sociedad, 12 (3), 565-580.

Salviati, M. E. (março de 2017). Manual do Aplicativo Iramuteq. Planaltina.

Santos, M. E. (2018). Rede de comunicação como estratégia de ação política: ativismo feminista no facebook em análise histórica contemporânea (2013-2016). Cientific@ - Multidisciplinar Journal, 5, 53-63. Acesso em 29 de fevereiro de 2010

Santos, M. (2019). LNEWS: Ferramenta de extração de dados de sites jornalísticos. Versão beta. Labcom Digital. Disponível em: <https://www.labcomdata.com.br/>

Sarmiento, R. (2015). Feminismo, reconhecimento e mulheres trans: expressões online de tensões. *Pensamento plural*, 129-150.

Souza, M. J. (jan/jun de 2017). Lei do feminicídio: aplicabilidade legal e violência contra a mulher. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, 9, 295-342.

Teles, M. A., & Melo, M. d. (2002). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: editora brasiliense.

Think Olga. (2014). *Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher*. São Paulo: Companhia das letras.

Tomaél, M., Alcará, A., & Di Chiara, I. (maio/ago de 2005). Das redes sociais à inovação. *Ci. Inf.*, 34(2), 93-104.

Vargas, J., & Saraiva, K. (set./dez. de 2019). Feminismo e redes sociais: (in)ações e (im)possibilidades de jovens da periferia urbana. *Praxis Educativa*, 14(3), 1188-1209.

Xavier, M. A. (2016). Lugar, corporeidade e política: reflexões a partir do net-ativismo em redes sociais online. *Geosp - espaço e tempo*, 20(3), 551-567.

Zenidarci, S. M., & Silva, E. S. (2017). Ativismo Feminista Online: O Caso da Hashtag #primeiroassedio1. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, (pp. 1-15). Curitiba. Acesso em 13 de novembro de 2019